



Boletim

2º TRIMESTRE/2010

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
A ECONOMIA NACIONAL E INTERNACIONAL EM PERSPECTIVA	5
A ECONOMIA MINEIRA	11
PIB	11
Agropecuária	17
Indústria	22
Comércio e serviços	25
MERCADO DE TRABALHO	32
EXPORTAÇÕES	40
INFLAÇÃO	45
FINANÇAS PÚBLICAS	48



Boletim 2º TRIMESTRE/2010

conjuntura
ECONÔMICA



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Governo de Minas Gerais

FICHA TÉCNICA

Fundação João Pinheiro

Presidente

Afonso Henriques Borges Ferreira

Centro de Estatística e Informações

Diretor

Frederico Poley Martins Ferreira

COORDENAÇÃO

Ricardo Candéa Sá Barreto

ELABORAÇÃO

Clara Oyamaguchi Pinheiro de Araujo Moreira (estagiária)

Elisa Maria Pinto Rocha

Maria Aparecida Sales Souza Santos

Raimundo de Sousa Leal Filho

Reinaldo Carvalho de Moraes

Ricardo Candéa Sá Barreto

Silma de Souza Evangelista (estagiária)

Thiago Rafael Almeida (estagiário)



Projeto gráfico

Kelly Gusmão

Revisão e diagramação

Heitor Vasconcelos

conjuntura@fjp.mg.gov.br

Apresentação

Este Boletim de Conjuntura é o nono número de um projeto da Fundação João Pinheiro (FJP) para a retomada do acompanhamento da evolução da economia mineira. Elaborado pelo Centro de Estatística e Informações da FJP, este boletim representa a continuidade de um trabalho realizado anteriormente com as publicações *Análise e Conjuntura* e *Boletim de Conjuntura*.

Este volume apresenta uma revisão da performance econômica de Minas Gerais no segundo trimestre de 2010, relacionando-a com o panorama nacional. Além disso, este volume inova ao apresentar uma nota técnica, de autoria de Ricardo Candéa Sá Barreto e Thiago Rafael Almeida, sobre o superávit no comércio interestadual de Minas Gerais entre 2005 e 2009.

Ressaltamos que este é um projeto em fase de consolidação, portanto agradecemos quaisquer sugestões e/ou comentários sobre o conteúdo e o formato do trabalho. O endereço é conjuntura@fjp.mg.gov.br.

Afonso Henriques Borges Ferreira
Presidente, Fundação João Pinheiro

BOLETIM CONJUNTURA - 2o. TRIMESTRE DE 2010

A ECONOMIA NACIONAL E INTERNACIONAL EM PERSPECTIVA

Ricardo Candéa Sá Barreto
Gestor de Ensino e Pesquisa da FJP/CEI
ricardo.candea@fjp.mg.gov.br

Com o crescimento mais lento dos países ricos, a recuperação econômica global parece estar se desacelerando mais do que o esperado da economia mundial. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), tal desaceleração se deve ao fim e/ou à redução das políticas de estímulo às economias.

Dos 31 países-membros da OCDE, 25 apresentaram crescimento na passagem do primeiro trimestre de 2010 para o segundo trimestre de 2010; apenas a Grécia e a Islândia apresentaram nova retração; e quatro ainda não divulgaram essa informação¹. Os Estados Unidos cresceram 0,4%; o Japão, 0,1%; a Alemanha, 2,2%; o G7, 0,6%; a União Européia², 1,0%; e os países membros da OCDE, 0,5%. Entre as economias que ainda estão em recessão, a Grécia apresentou retração de 1,8%.

¹ Os países que não apresentaram taxas para o segundo trimestre de 2010 até o fechamento deste boletim foram Irlanda, Luxemburgo, Nova Zelândia e Turquia.

² 27 países.

Apesar do crescimento do PIB na maioria dos países da OCDE, o mercado de trabalho desses países apresenta sinais pequenos de recuperação. A taxa de desemprego na área da OCDE manteve-se constante em 8,6% no segundo trimestre do ano. Nesse mesmo período, a recuperação econômica se manteve e veio puxada por um crescimento vigoroso observado em países como China, Índia e em outras economias emergentes que contribuíram para tirar os países desenvolvidos da recessão.

Esses resultados são importantes já que determinados mecanismos anticíclicos foram desativados no segundo trimestre de 2010. Os números apontam para a retomada do crescimento econômico, ainda que tenha havido uma diminuição desse ritmo em países importantes, como os EUA, o Japão e o Brasil. No entanto, merece destaque a contribuição da economia alemã, cujo PIB registrou aumento de 2,2%.

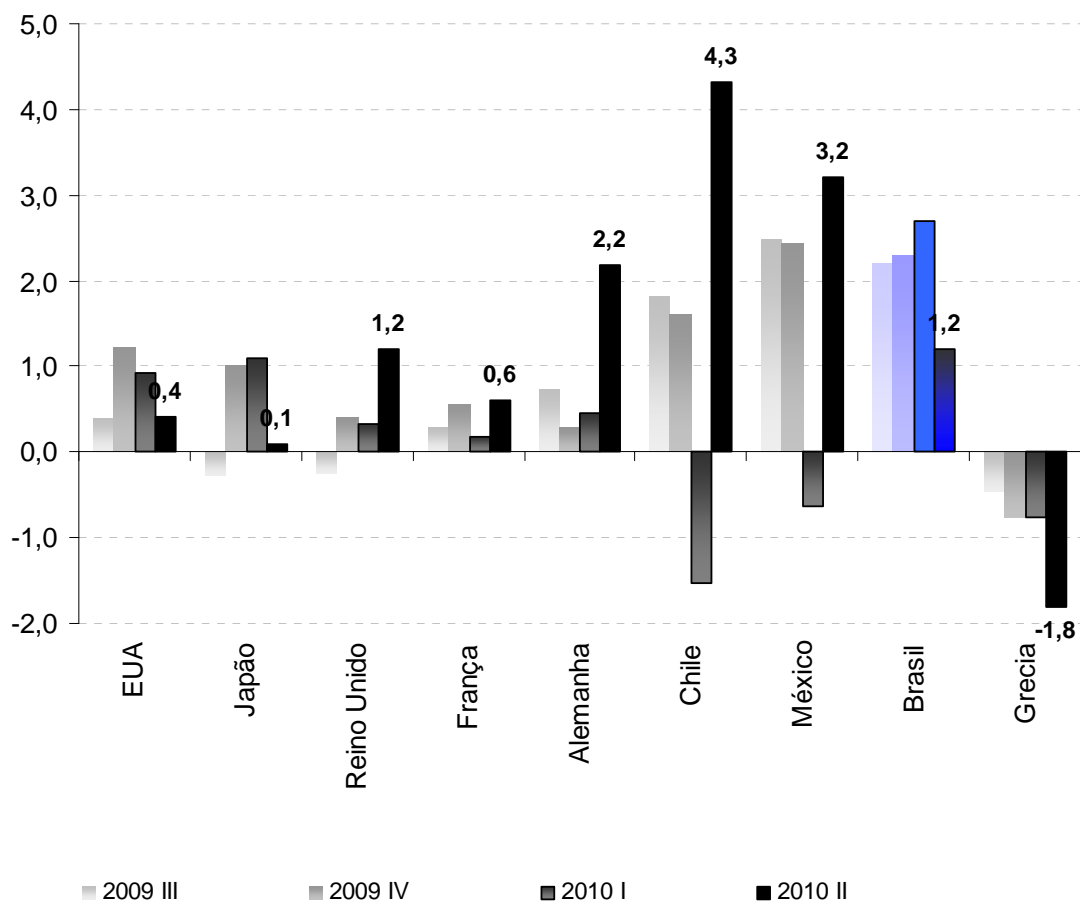


Gráfico 1 - Taxa de crescimento real do PIB do 2º trimestre em relação ao trimestre anterior, com ajuste sazonal (%) – Países selecionados, 2010.

Fonte: OCDE, IBGE.

Entre os países que tiveram desaceleração, o que mais chama atenção são os Estados Unidos. Essa preocupação sobre o ritmo da recuperação da economia americana ainda é forte, pois ela enfrenta uma taxa de desemprego de 9,5%. A desaceleração nesse país no segundo trimestre se deve especialmente a um aumento nas importações - que cresceram 28,8% - aliado a um desempenho menos robusto do que o esperado no consumo das famílias - que avançou apenas 1,6%.

Além dos EUA, alguma preocupação ainda existe quanto ao PIB do segundo trimestre da Grécia, que teve uma contração de 1,8% em comparação ao primeiro trimestre, e superior à queda de 1,5% estimada anteriormente. O principal motivo apontado foi o fato de que, diante do clima de incerteza, tenha havido redução dos investimentos brutos em ativos fixos em 18,6%, no segundo trimestre, em relação ao mesmo período do ano passado.

No Brasil, o PIB cresceu 1,2% na passagem do primeiro para o segundo trimestre de 2010. A taxa de desemprego ficou em 7,3% no segundo trimestre de 2010, a menor marca da série histórica do instituto, iniciada em 2002³. A redução do desemprego também contribuiu para uma alta expressiva no nível de renda dos trabalhadores. Na média do segundo trimestre, o valor aumentou 3,5% (já descontada a inflação) na comparação com os mesmos meses do ano

³ IBGE, Pesquisa Mensal do Emprego (nova metodologia); dados obtidos através do Sistema IBGE de Recuperação Automática, <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=2176> (acesso em 04/10/2010).

³ Dados do IBGE, Pesquisa Mensal do Emprego (Nova Metodologia); obtidos através do Sistema IBGE de Recuperação Automática, IBGE, Pesquisa Mensal do Emprego (Nova Metodologia); dados obtidos através do Sistema IBGE de Recuperação Automática, <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=2181> (acesso em 04/10/2010).

anterior. É uma taxa bem superior aos níveis registrados no começo do ano, como a alta de 0,4% de janeiro.

No primeiro semestre de 2010, a média da taxa de desocupação foi estimada em 7,3%, registrando decréscimo de 1,3% em comparação com o primeiro semestre do ano passado. Assim, a taxa de desemprego apurada pelo IBGE em seis regiões metropolitanas do país ficou em 7,0% em junho de 2010, caiu 0,5% no mês e teve queda de 1,1% em comparação a junho de 2009. A taxa de desocupação de Belo Horizonte caiu 0,7%, passando de 5,8% em maio, para 5,1% em junho, quando atingiu o menor valor da série. Nos últimos 12 meses, foram registrados declínios de 1,6% em Recife e em São Paulo; 1,8 % em Belo Horizonte e 0,9% em Porto Alegre.

O crescimento da renda expressou o bom desempenho do mercado de trabalho nacional. Tal desempenho contribui para a ampliação do consumo das famílias, cujo crescimento foi muito importante para a recuperação da economia brasileira. No segundo trimestre, esse componente da demanda cresceu 0,6% em relação ao trimestre anterior.

Também se destaca o crescimento de 2,4% na formação bruta de capital fixo, na passagem do primeiro para o segundo trimestre de 2010; e um crescimento de 26,5% ante o mesmo trimestre do ano passado. Portanto, os investimentos equivalem a 17,9% do Produto Interno Bruto do 2º trimestre. Essa expansão do investimento foi mais que suficiente para superar a queda de 16% registrada no segundo trimestre de 2009. O investimento é a variável mais importante para a economia não perder ritmo. Felizmente, tudo indica que os investimentos irão aumentar com a Copa do Mundo de 2014 e a exploração do pré-sal.

O consumo do governo apresentou alta de 2,1% se comparado ao primeiro trimestre de 2010. Pelo lado da oferta, o crescimento foi de 1,9% na indústria; 1,2% no setor de serviços; e de 2,1% na agropecuária, na passagem do primeiro para o segundo trimestre de 2010.

Os fluxos de comércio exterior também continuaram a sua recuperação no país. No entanto, as importações têm crescido a taxas superiores às de exportações. No segundo trimestre de 2010, enquanto as aquisições do exterior aumentaram 4,4%, as vendas externas só cresceram 1,0% em relação ao trimestre anterior. No entanto, quando a comparação é feita com o mesmo trimestre do ano passado, se observa aumento tanto de 7,3% de aumento das exportações quanto de 38,8% das importações. A valorização cambial ajuda a explicar o maior crescimento relativo das importações. A tendência é que o fenômeno se mantenha e que o superávit comercial do país em 2010 seja menor do que o de 2009.

Por sua vez, a inflação acumulada nos sete primeiros meses de 2010, medida pelo IPCA⁴, foi de 3,1% em julho. A inflação apurada pelo IPCA ficou em 0,0% em junho de 2010 - abaixo da variação de 0,43% do mês anterior - enquanto o índice de julho ficou estável em 0,01%. O resultado representa a variação mensal mais baixa de 2010. A desaceleração de oito dos nove grupos que compõem o IPCA resultou na desaceleração dos preços de junho de 2010 em relação ao mês anterior. Esse resultado se deve ao fim dos estímulos fiscais e monetários, das chuvas e dos ajustes sazonais em educação, saúde e transporte público⁵. Por isso, a inflação ao consumidor enfim recuou em junho-julho, devido à forte desaceleração das cotações dos alimentos. Contudo, são mostrados sinais de pressão da demanda sobre alguns preços, como fica claro no comportamento dos serviços (como cabeleireiro, conserto de automóvel, recreação, empregado doméstico, aluguel e médico).

O IGP-DI⁶ avançou 0,22% em julho, na comparação com o mês anterior, e manteve o ritmo de desaceleração observado em junho, quando a variação foi de 0,34% perante maio. No acumulado do ano, a alta é de 5,71% e, em 12 meses, de 5,98%. O comportamento da

⁴ Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo IBGE.

⁵ Para maiores detalhes ver: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/docs/perspectiva-economia-brasileira/edicoes/Economia-Brasileira-Em-Perpectiva-Jun-Jul10.pdf>

⁶ Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

economia mundial e a desaceleração da economia brasileira contribuíram para a perda de força do IGP-DI no mês de julho, quando atingiu 0,22%, o menor resultado desde a deflação de 0,11% em dezembro do ano passado. Conforme a Fundação Getúlio Vargas (FGV), os preços do varejo incentivaram um movimento que avançou o IGP-DI para 0,99% em setembro. Os produtos agropecuários aumentaram 2,28%, e os industriais, 1,17%. Já as matérias-primas brutas se destacaram, com elevação de 3,17%. Apesar de permanecer na casa de 3%, o avanço apurado na leitura de setembro foi menos marcado do que o verificado na parcial de agosto, de 3,31%. Os itens que mais contribuíram para a trajetória de desaceleração foram minério de ferro (16,92% para 4,98%), soja em grão (6,58% para 2,60%) e pedra britada (5,62% para -2,53%).

O arrefecimento da inflação, intensificado a partir de maio, foi captado por todos os índices de preços. Ponderando a trajetória recente dos preços e das demais variáveis econômicas de interesse, o Copom⁷ optou manter a taxa Selic em 10,75% a.a., sem viés em agosto.

⁷ Conselho de Política Monetária do Banco Central. Para maiores detalhes ver: <http://www.bcb.gov.br/?COPOM153>

A ECONOMIA MINEIRA

Ricardo Candéa Sá Barreto
Gestor de Ensino e Pesquisa da FJP/CEI
ricardo.candea@fjp.mg.gov.br

O PIB estadual apresentou expansão de 11,2% no segundo trimestre de 2010, na comparação com o mesmo período de 2009. Pela ótica da oferta, esse resultado reflete a alta de 19,5% na indústria, 7,1% na agropecuária e aumento de 6,9% no setor de serviços.

Assim, o resultado mostra que o ritmo de crescimento do PIB mineiro, embora elevado, desacelerou em relação ao primeiro trimestre de 2010 (crescimento era de 13,3%), menos do que o esperado, contudo, e com uma taxa de crescimento acima da nacional (8,8%). Assim, a economia mineira continua muito robusta e com forte recuperação, voltando ao ritmo de crescimento pré-crise. Merecem destaque: tal fato não ocorreu apenas em Minas Gerais; outras unidades da federação, que também calculam o PIB trimestral estadual, apresentaram crescimento acima do nacional. Entre elas, Pernambuco, com 12,4%; Bahia, com 10,4%; e Ceará, com 8,8%⁸.

Tradicionalmente, Minas Gerais é um estado onde as exportações para outros estados e países são de grande importância. Desse modo, as expectativas para 2010 estão atreladas ao desempenho econômico nacional. O estado tem boa parte de sua economia voltada para o

⁸ São Paulo e Rio Grande do Sul, que também calculam o PIB trimestral, não apresentaram taxa de crescimento para o 2º trimestre de 2010.

mercado interno, e merece destaque o fato de que as exportações interestaduais que em Minas Gerais são superavitárias desde 2005⁹.

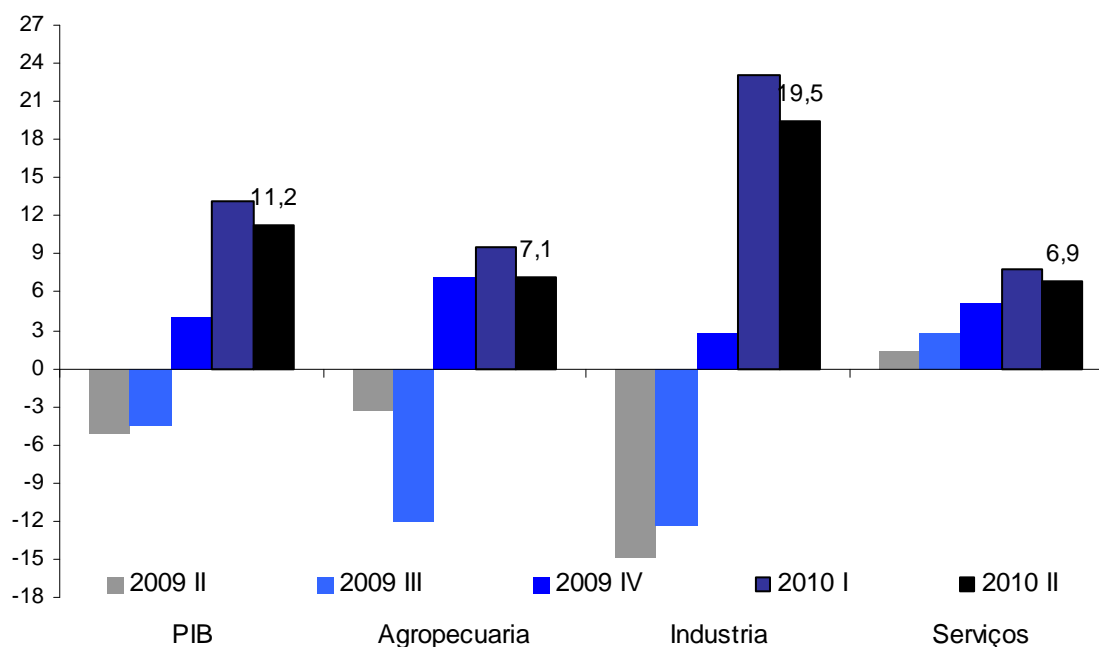


Gráfico 2 – Crescimento real do PIB (%)¹⁰ - Minas Gerais - 2º Trim. 2009 ao 1º Trim. de 2010.

Fonte: Conac/IBGE, CEI/FJP.

Assim, com o fim da crise internacional¹¹, Minas Gerais apresenta novamente taxas de crescimento do PIB superiores à do Brasil e de outros países. Contudo, é preciso destacar que, dada a crise financeira de 2009, a base de comparação também se faz sentir de forma mais intensa na economia mineira do que na brasileira. De qualquer maneira, a taxa de crescimento atual evidencia a tendência de expansão pela qual passa a economia de Minas Gerais, visto que no primeiro trimestre ela já havia se expandido 13,3%.

⁹ No final deste boletim serão divulgados dados estatísticos sobre comércio interestadual de Minas Gerais de 2005-2009.

¹⁰ Em relação ao respectivo trimestre do ano anterior.

¹¹ Entre outubro de 2008 e março de 2009.

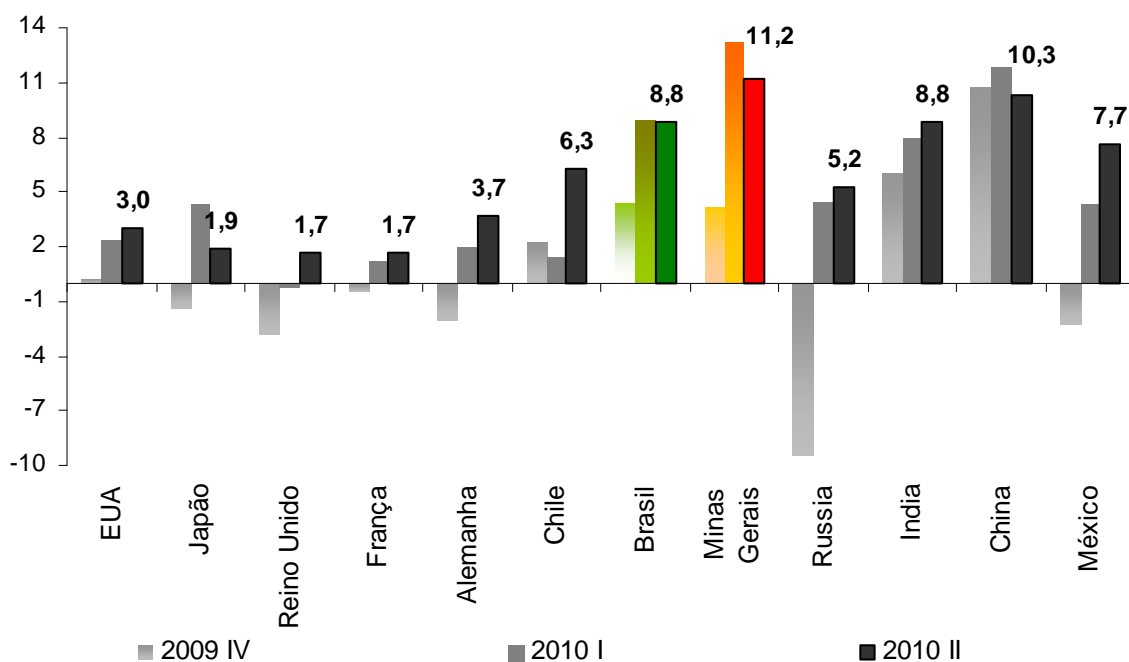


Gráfico 3 - Taxa de crescimento real do PIB em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, com ajuste sazonal (%) – Países selecionados e Minas Gerais
 Fonte: OCDE, the Economist, Conac/IBGE e CEI/FJP.

É fato que os estímulos concedidos pelo governo federal no final de 2008 e início de 2009 foram importantes para amenizar o impacto da crise financeira sobre a economia brasileira. Entretanto, o crescimento do PIB no 1º trimestre não deixa dúvidas de que, já a partir de meados de 2009, a crise estava sendo superada. Sendo assim, não fazia mais sentido manter os estímulos fiscais lançados no auge da recessão. Entretanto, o governo decidiu reduzir seus estímulos apenas a partir de março de 2010..

Com a expansão de 11,2% no segundo trimestre, a economia mineira fechou o primeiro semestre com expansão de 12,2% na comparação com o primeiro semestre de 2009 e, no acumulado dos últimos 12 meses, a taxa de expansão alcançou 5,6%, ante 1,4% do primeiro trimestre.

Analisando a expansão da economia no segundo trimestre a partir das atividades econômicas, observa-se que o setor industrial – com expansão de 19,5% – foi o que mais se destacou. Esse crescimento da indústria foi alavancado principalmente pelos segmentos de mineração e siderurgia, os dois cuja queda na produção foi a maior em 2009 e que tiveram altas mais expressivas.

Já considerando a série histórica do PIB trimestral em Minas Gerais, a taxa de crescimento foi a segunda maior desde o primeiro trimestre de 2003, menor apenas que o primeiro trimestre de 2010. Essa taxa foi influenciada, principalmente, pelo crescimento industrial, que teve também sua segunda maior alta histórica nessa base de comparação.

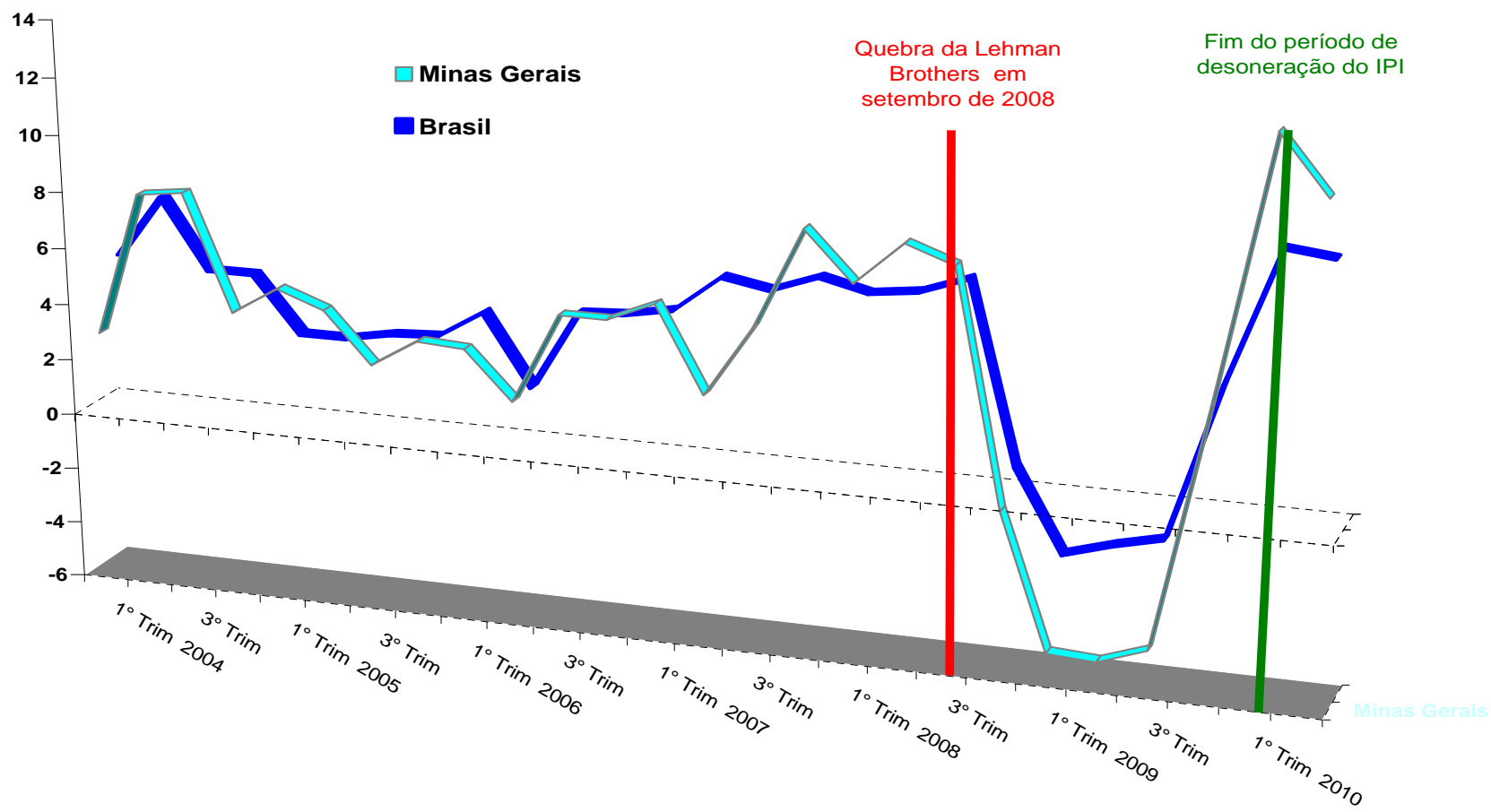


Gráfico 4 – Crescimento real do PIB trimestral (%)¹² - Minas Gerais e Brasil –1º Trim./ 2004 ao 2º Trim./2010.

Fonte: Conac/IBGE, CEI/FJP.

¹² Em relação ao respectivo trimestre do ano anterior.

A expansão da economia mineira verificada no segundo trimestre de 2010 reflete, mais uma vez, a conjunção de uma série de fatores positivos observados nos três setores da atividade econômica. Mesmo tomando como referência uma base de comparação relativamente deprimida, em função de, no período do ano anterior, ainda persistirem efeitos negativos da crise internacional, os dados do segundo trimestre apontam trajetória de recuperação¹³. Isso fica mais evidente ao se observar a taxa de crescimento do primeiro trimestre em relação à do primeiro semestre. Nesse sentido, a expectativa é de que essa trajetória seja mantida no terceiro e quarto trimestres, ainda que em menor magnitude, dado que as comparações serão com trimestres em que já se evidenciava uma trajetória de recuperação.

¹³ Comparativamente, no segundo trimestre de 2009, em relação ao segundo trimestre de 2008, a queda do PIB mineiro foi de 5,1%. Nesse mesmo período, os setores da economia foram afetados de forma distinta, com aumento de 1,4% no setor de serviços e queda de 14,9% na indústria e de 3,3% na agropecuária.

Agropecuária

Ricardo Candéa Sá Barreto
Gestor de Ensino e Pesquisa da FJP/CEI
ricardo.candea@fjp.mg.gov.br

O valor agregado da agropecuária mineira cresceu 7,1% no segundo trimestre de 2010, em relação ao segundo trimestre de 2009¹⁴. O resultado reflete principalmente o desempenho da produção vegetal, que ficou positivo em 5,9%, enquanto a pecuária apresentou decréscimo de -7,9%. A taxa da agricultura pode ser, em grande parte, explicada pelo desempenho de alguns produtos que tiveram safra relevante no segundo trimestre de 2010. O gráfico 5 apresenta as estimativas de crescimento da produção dos principais produtos da agricultura mineira.

¹⁴ As atividades setoriais de agropecuária, serviços e indústria são calculadas com base no valor adicionado.

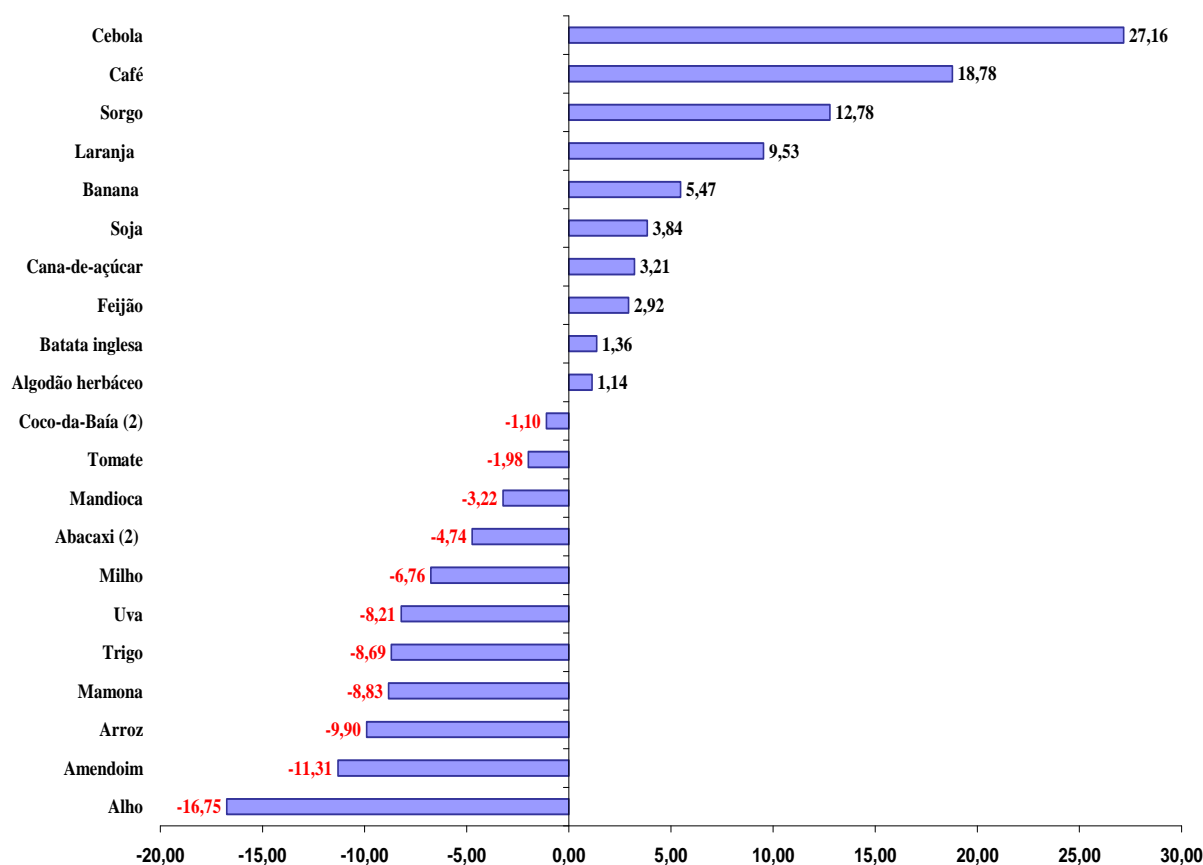


Gráfico 5 – Variação na produção agrícola mineira (%), por produto – Safra 2010-2009 / safra 2009-2008.

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), de julho de 2010

Os produtos que mais contribuíram para o aumento de produção no segundo trimestre foram a soja e o feijão segunda safra (ou seca), que tem boa parte da colheita realizada no segundo trimestre no ano. Esses produtos foram formas alternativas de plantio ao milho, que apresentou queda nos preços e desanimou o plantio no estado. Tal quadro pode perdurar, pois os estoques de grão de milho continuam elevados, e as exportações de milho em grão no segundo trimestre de 2010 apresentaram queda de 68,5% em volume, conforme a Secex/MDIC¹⁵. Contudo, a cultura da soja pode deixar de ser uma opção nos próximos meses,

¹⁵ Secretaria de Comércio Exterior/ Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior.

porque os EUA começaram a colher em setembro uma safra que se desenha histórica, perto de 94,8 milhões de toneladas.

Já culturas importantes como café (18,8%) e cana-de-açúcar (3,2%), primeiro e segundo produtos da agricultura mineira, respectivamente, têm colheita predominante no segundo e terceiro trimestres do ano e, portanto, contribuíram para a produção vegetal no segundo trimestre do ano.

A expectativa é de que a produção de café alcance 24.449.683 sacas de 60 quilos de café beneficiado, o que representa 52% da produção nacional¹⁶, ou seja, a segunda maior produção do estado desde 2002. Considerando que em 2009 houve pouco investimento em tratamentos culturais, fertilizantes e mão de obra, devido à crise internacional, esse crescimento na produção de café é ainda mais representativo. Merecem destaque os preços internos e externos do café, que têm apresentado recuperação, podendo até provocar um grande incremento de renda no setor para 2010. De acordo com o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CeCafé), a tendência é de que esse crescimento se mantenha até o final do ano, com preços melhores.

A previsão anual do LSPA/IBGE prognosticou acréscimos também na produção vegetal das culturas de cebola (27,2%), sorgo (12,8%), laranja (9,5%), banana (5,5%), soja (3,8%), feijão (2,9%), batata inglesa (1,4%) e algodão herbáceo (1,1%). Contudo, foram verificados decréscimos na produção de amendoim (-11,3%), arroz (-9,9%), mamona (-8,8%), trigo (-8,7%), uva (-8,2%), abacaxi (-4,7%), milho (-6,8%), mandioca (-3,2%), tomate (-2,0%), e coco-da-baía (-1,1%) para a safra 2010.

¹⁶ Minas Gerais alcançou anteriormente essa marca de 52% da produção nacional nos anos de 2002 e 2006. Em 2009, o estado teve uma participação um pouco menor, com 50% da produção nacional.

Outra cultura com resultado positivo para 2010 é a cana-de-açúcar. Com crescimento de 3,2%, ela se consolida como segunda principal cultura agrícola de Minas Gerais, superando milho e soja. Esse crescimento contribui para que Minas Gerais permaneça como segundo maior produtor, atrás apenas de São Paulo.

A produção de soja deve aumentar em 3,8%, motivada pelos melhores preços praticados no período do plantio. Entre os fatores que favoreceram esse crescimento de produção, estão: boas condições climáticas nas principais regiões produtoras do estado; menor custo de produção – que permitiu maior uso de tecnologia de plantio – e, ainda, o fato de os créditos público e privado terem se tornado mais disponíveis. As regiões que tiveram maior expansão de produção foram noroeste, Alto Paranaíba e Triângulo.

A atividade silvicultura e exploração vegetal, que também integra os resultados da agricultura¹⁷, apresentou forte aumento (37,2%) no segundo trimestre de 2010, comparativamente ao mesmo período do ano anterior. O produto que puxou esse aumento foi o carvão vegetal, que cresceu 37,0%. A situação é favorável ao setor, pois a valorização do carvão vegetal se reflete em um aumento de 86,1% nos preços da produção no segundo trimestre de 2010, comparado ao mesmo período do ano anterior. Tal situação ocorreu devido à crise internacional, que ainda afetava a produção mineira no ano anterior e reduziu a demanda dos setores siderúrgico e metalúrgico no segundo trimestre do ano anterior, o que gera uma base de comparação fraca.

A produção de café teve um crescimento estimado de 18,8% em 2010, devido ao fato de o ano ser de alta no ciclo bienal. Esse aumento de produção está sendo favorecido pelas condições da economia mundial, além do aumento de 15,6% no valor em dólar das

¹⁷ Segundo a classificação das contas regionais, a silvicultura e exploração vegetal são somadas à agricultura, propriamente dita, na formação da atividade agricultura, silvicultura e exploração vegetal.

exportações no segundo trimestre do ano, conforme a Secex/MDIC. Isso também tem influenciado os preços internos de forma positiva.

O fraco desempenho da produção animal mineira no segundo trimestre de 2010 é explicado pelos decréscimos observados na produção de ovos (-9,5%) e na produção de leite (-8,4%). Inversamente, ocorreram acréscimos na produção da avicultura de corte (8,8%), bovinocultura (3,8%) e na produção de suínos (16,7%), extremamente importantes na amenização da queda da produção pecuária.

Com relação à bovinocultura de corte, a oferta de animais para abate foi positiva no início de 2010. Os pecuaristas mineiros tiveram melhoria da cotação da arroba do boi no segundo trimestre do ano.

O aumento de 16,7% na produção de suínos no segundo trimestre de 2010 veio acompanhado de um outro, nos preços pagos aos criadores pelo quilo vivo do suíno, o que pode motivar a produção para os próximos meses.

O decréscimo na produção leiteira nesse segundo trimestre deveu-se, em parte, ao clima seco que afeta algumas regiões do estado. A queda da oferta pressionou o aumento nos preços pagos ao produtor de leite e derivados do produto, como o leite em pó, que possui altos estoques na indústria alimentícia. Segundo a Secex/MDIC, o cenário externo também foi desfavorável. No segundo trimestre de 2010, em comparação com mesmo período do ano anterior, houve decréscimo das exportações dos produtos lácteos em volume (-49,0%) e em valor (-46,7%).

Indústria

Reinaldo Carvalho de Moraes
Pesquisador da FJP/CEI
reinaldo.morais@fjp.mg.gov.br

A produção industrial mineira avançou 3,2% no segundo trimestre de 2010, em comparação com o trimestre imediatamente anterior, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF¹⁸.

No Brasil, no mesmo período de comparação, houve acréscimo de 1,4%.

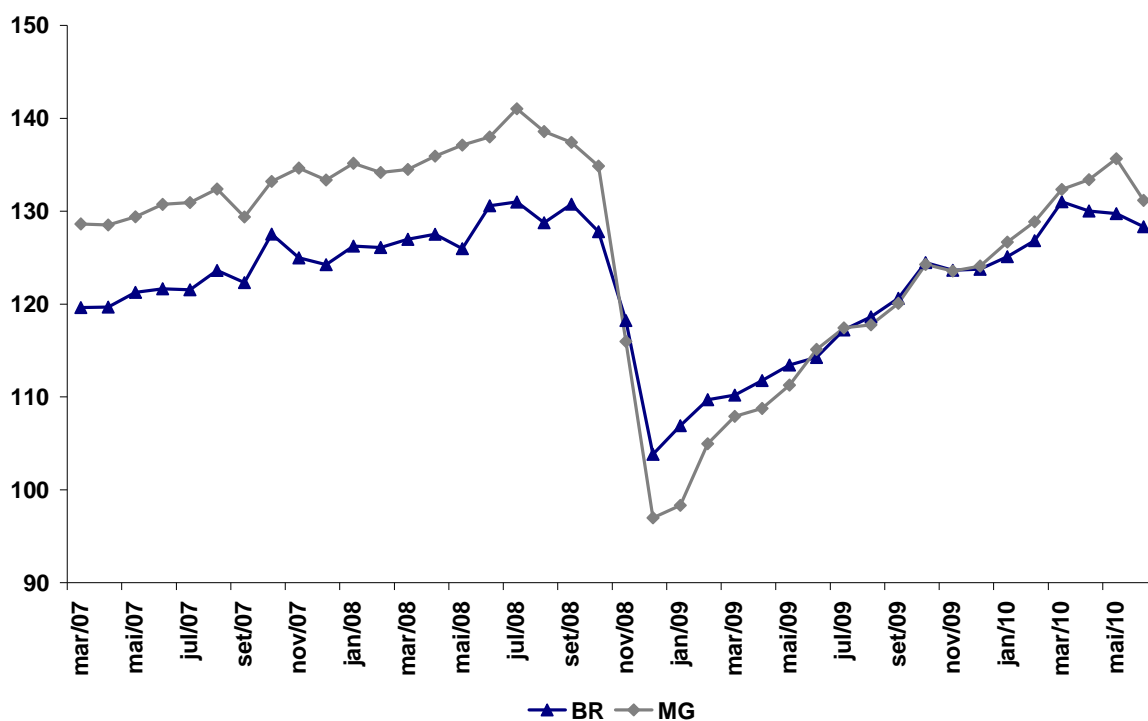


Gráfico 6 – Produção física industrial com ajuste sazonal (2002 = 100)
Minas Gerais e Brasil – 2007 a 2010
Fonte: IBGE, Pesquisa Industrial Mensal da Produção Física (PIM-PF).

O gráfico 6 mostra a trajetória recente da produção industrial mineira e brasileira. Nota-se que, nos últimos meses, a produção industrial começou a apresentar certa estabilidade. Os valores dos números-índices alcançados em agosto de 2008 ainda não foram atingidos em

¹⁸ IBGE, Pesquisa Industrial Mensal da Produção Física.

Minas Gerais, ou seja, ainda existe certo espaço para a recuperação da atividade industrial do estado, se forem levados em conta os números relativos a 2008, anteriores à crise econômica mundial. Nesse contexto, é provável que o setor industrial do estado continue avançando num ritmo ligeiramente superior ao ritmo nacional.

O gráfico 7 apresenta as taxas de crescimento trimestral e anualizado relativas aos setores industriais. Na comparação do segundo trimestre de 2010 com o mesmo período de 2009, apenas a indústria de celulose e papel apresentou decréscimo na produção física. Entre os demais setores, pode-se destacar o de máquinas e equipamentos e o de metalurgia básica, com acréscimos de 111,5% e 37,1% respectivamente. Tais valores foram bastante importantes para que o indicador da indústria de transformação alcançasse uma variação positiva de 17,9%.

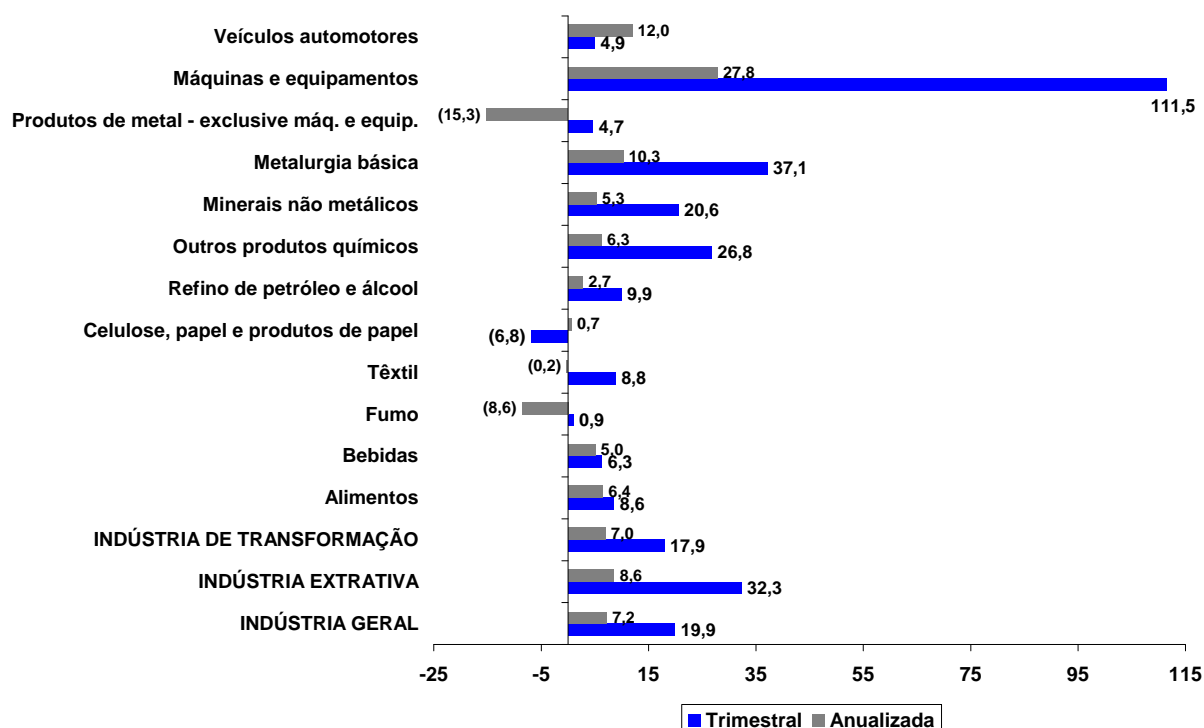


Gráfico 7 – Crescimento da Produção Física Industrial ampliado (%)

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF)

Os incrementos relativos à taxa anualizada apresentam valores inferiores aos das taxas trimestrais. Isso ocorre em função do forte carregamento estatístico inerente à taxa trimestral,

uma vez que ela ainda sofre considerável influência da depressão verificada no primeiro semestre de 2009.

A tendência para os próximos meses é que a produção industrial mineira continue avançando, porém, num ritmo mais lento em comparação com os últimos três trimestres, já que os números apresentam convergência para os níveis pré-crise. A diminuição da aceleração não significa arrefecimento da indústria, e sim adequação a um ritmo de evolução compatível com a expansão da capacidade instalada industrial. Além disso, a expectativa dos empresários industriais mostra-se próxima da estabilidade. O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI¹⁹) recuou para 63,1 pontos no mês de julho. O valor em junho havia atingido 65,7. Apesar disso, esse indicador apresenta valor superior ao de julho de 2009, 58 pontos.

¹⁹ Indicador mensal calculado pela Confederação Nacional da Indústria – CNI em conjunto com a Fiemg

Comércio e serviços

Raimundo de Sousa Leal Filho
Pesquisador da FJP/CEI
raimundo.sousa@fjp.mg.gov.br

O nível de atividade no comércio varejista em Minas Gerais experimentou uma expansão praticamente contínua nos 12 meses que se encerraram em junho de 2010. Um indicador desse resultado é dado pelo volume de vendas, com ajuste sazonal, produzido pela Pesquisa Mensal de Comércio, do IBGE.

O gráfico 8 apresenta a evolução desse índice em Minas Gerais e no Brasil, no período de junho/2009 a junho/2010. Algumas considerações podem ser inferidas da observação dos dados:

- 1) no caso de Minas Gerais, a tendência de crescimento, que estava definida no segundo semestre do ano passado (média de crescimento de 1,1% ao mês, de junho/2009 a janeiro/2010), foi reduzida no início do corrente ano (média de crescimento de 0,7% ao mês, de janeiro a junho/2010), o que indica desaceleração do ritmo de crescimento do volume de comércio;
- 2) essa desaceleração foi mais pronunciada no conjunto da economia brasileira do que no estado de Minas Gerais (considerado isoladamente). O índice dessazonalizado do volume de vendas no comércio varejista brasileiro, que vinha crescendo a uma taxa média de 1,0% ao mês (período de junho/2009 a janeiro/2010), foi reduzido para 0,5% ao mês (período de janeiro a junho/2010).

Uma evidência mais forte dessa discrepância é fornecida pela comparação entre as médias trimestrais desse índice: no segundo trimestre de 2010, o volume de vendas em Minas Gerais (dessazonalizado) foi 1,8% superior ao do primeiro trimestre, enquanto, no caso brasileiro, a

média do segundo trimestre de 2010 coincidiu com a do trimestre anterior (uma indicação de interrupção do crescimento).

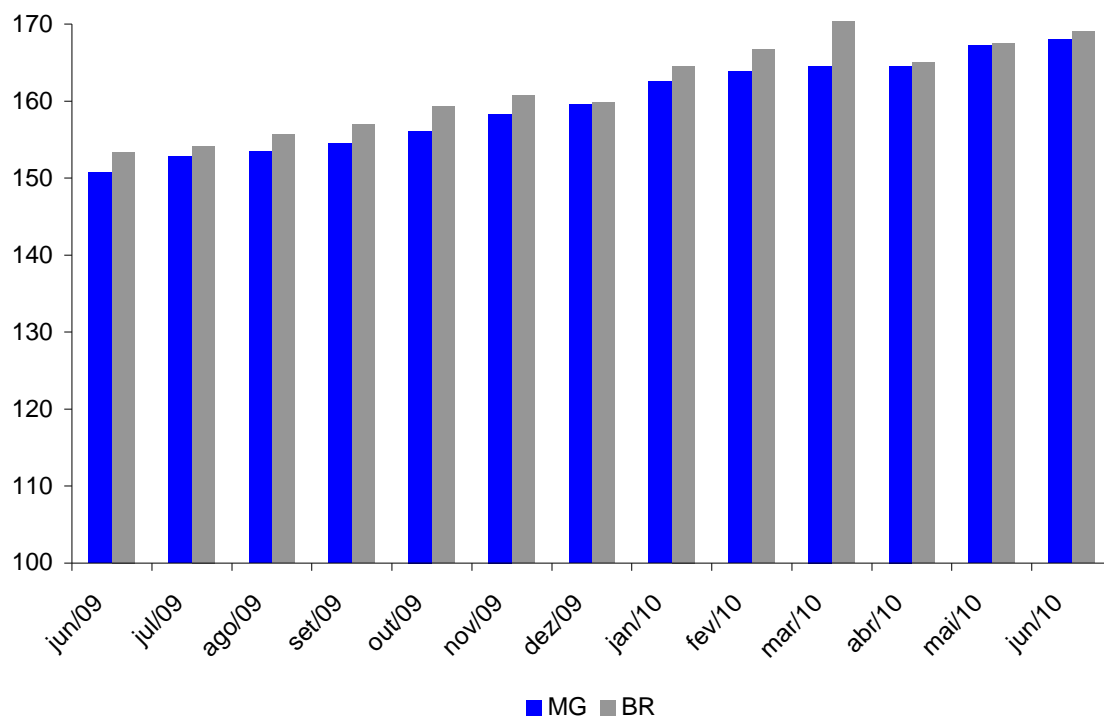


Gráfico 8 – Volume de vendas no comércio varejista, com ajuste sazonal (2003=100) – Minas Gerais e Brasil – junho de 2009 a junho de 2010
 Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio (PMC).

Os dados desagregados por subsetores do comércio varejista ampliado²⁰ ajudam a identificar as fontes do dinamismo observado recentemente na atividade comercial mineira.

O gráfico 9 apresenta as taxas de variação trimestral e anualizada²¹ (referentes aos resultados do segundo trimestre de 2010) dos diversos segmentos comerciais em Minas Gerais.

²⁰ O comércio varejista é subdividido nos segmentos combustíveis e lubrificantes; hipermercados, supermercados e comércio de alimentos, bebidas e fumo; tecidos, vestuário e calçados; móveis e eletrodomésticos; artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos; livros, jornais, revistas e papelaria; equipamentos e material de escritório, de informática e de comunicação e demais artigos de pessoal e doméstico. Além desses, a inclusão dos segmentos veículos, motocicletas, partes e peças e material de construção define o conceito de comércio varejista ampliado.

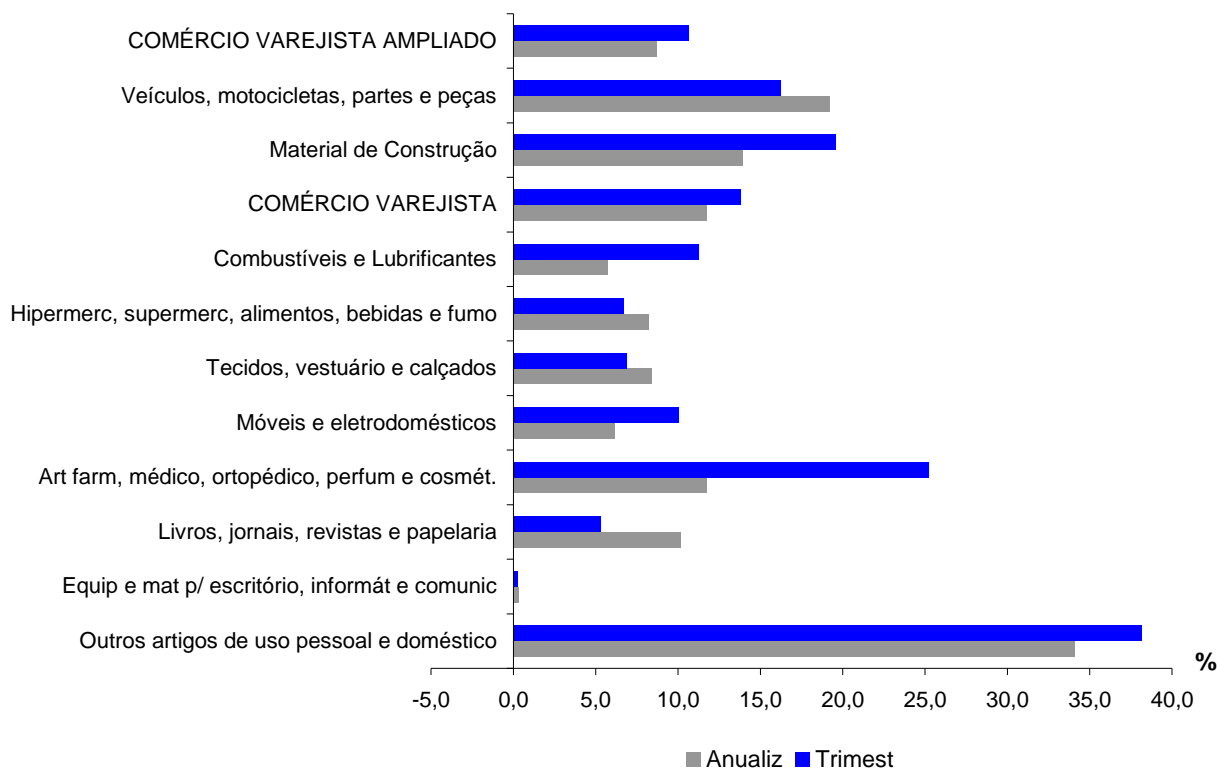


Gráfico 9 – Variação (%) do volume de vendas no comércio varejista ampliado, por segmento – Minas Gerais – Segundo trimestre de 2010
 Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio (PMC).

Nos segmentos do comércio veículos, motocicletas, partes e peças e material de construção, que juntos respondem por quase 30% do valor adicionado no comércio varejista, o nível de atividade no segundo trimestre de 2010 foi bastante superior ao do segundo trimestre de 2009 (taxas de 16,2% e 19,6% respectivamente).

Também se destacaram os subsetores do comércio varejista de combustíveis e lubrificantes (volume de vendas 11,2% maior no segundo trimestre de 2010), de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (volume de vendas 25,3% maior) e de demais artigos de uso pessoal e doméstico (volume de vendas 38,2% maior).

²¹ A taxa trimestral compara o trimestre de referência a igual trimestre do ano anterior, enquanto a taxa anualizada compara o acumulado nos quatro trimestres que se encerram no trimestre de referência com igual período imediatamente anterior.

Já o volume de vendas no segmento hipermercados, supermercados e comércio de alimentos, bebidas e fumo, isoladamente responsável pela geração de mais de 20% do valor adicionado no setor, apresentou um volume de vendas no segundo trimestre deste ano em Minas Gerais “apenas” 6,7% superior ao do mesmo período no ano passado.

As taxas de variação anualizadas capturam o movimento conjuntural mais consolidado. No segundo trimestre de 2010, a média do volume de vendas no conjunto do comércio varejista ampliado em Minas Gerais no período de julho/2009 a junho/2010, comparada com o período de julho/2008 a junho/2009, já projetava uma taxa de crescimento anual próxima a 9%.

Os principais segmentos responsáveis por esse resultado foram: comércio de veículos, motocicletas, partes e peças; material de construção; artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos e demais artigos de uso pessoal e doméstico (conforme gráfico 9).

Vale notar que a taxa anualizada do segundo trimestre de 2010, projetada pela Fundação João Pinheiro²² para o índice encadeado do valor adicionado a preços básicos nas atividades de comércio e serviços de reparação e manutenção, de 8,4%, é corroborada pelos dados do IBGE, na Pesquisa Mensal do Comércio.

Outra indicação que também corrobora a avaliação de retomada do dinamismo da atividade comercial em Minas Gerais é fornecida pelo índice de confiança do consumidor de Belo Horizonte (ICCBH).²³ No período de junho/2009 a junho/2010, estimou-se que ela cresceu 7,1%.

²² Fundação João Pinheiro (FJP), *PIB de Minas Gerais – 2º Trimestre de 2010*, Tabela 8, p. 12.

²³ Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (IPEAD) e Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais (Fecomércio/MG), *Índice de confiança do consumidor de Belo Horizonte – Junho de 2010*, Número 73, Tabela 1, p. 4.

O ICCBH é formado pela combinação de dois componentes, os índices de expectativa econômica e financeira. O primeiro captura a percepção dos entrevistados sobre a situação econômica do país e, em particular, sobre a evolução prospectiva da inflação e do emprego. Já o índice de expectativa financeira o faz sobre a situação financeira de sua família. Portanto, é possível associar o maior otimismo do consumidor belo-horizontino à sua percepção sobre as condições mais gerais da atual conjuntura econômica.

No que diz respeito à avaliação da conjuntura econômica no conjunto de atividades de serviços em Minas Gerais e no Brasil, o gráfico 10 permite que se observe a evolução recente do índice de volume do valor adicionado no setor.

A primeira característica da evolução recente do setor em Minas Gerais é a maior intensidade da flutuação sazonal associada ao último trimestre do ano passado, em comparação com o observado no índice nacional. Além disso, a inspeção visual das séries permite inferir que o ritmo de crescimento do setor no estado é mais forte que no Brasil.

De fato, as estimativas produzidas pela FJP para o PIB de Minas Gerais no segundo trimestre de 2010 indicaram que o valor adicionado no setor de serviços foi 6,9% maior que no segundo trimestre do ano passado. A estimativa do IBGE para o PIB do Brasil, no mesmo período, projetou crescimento de 5,6% no valor adicionado nas atividades produtivas do setor de serviços.²⁴

²⁴ Fundação João Pinheiro (FJP), *PIB de Minas Gerais – 2º Trimestre de 2010*, Tabela 5, p. 8.

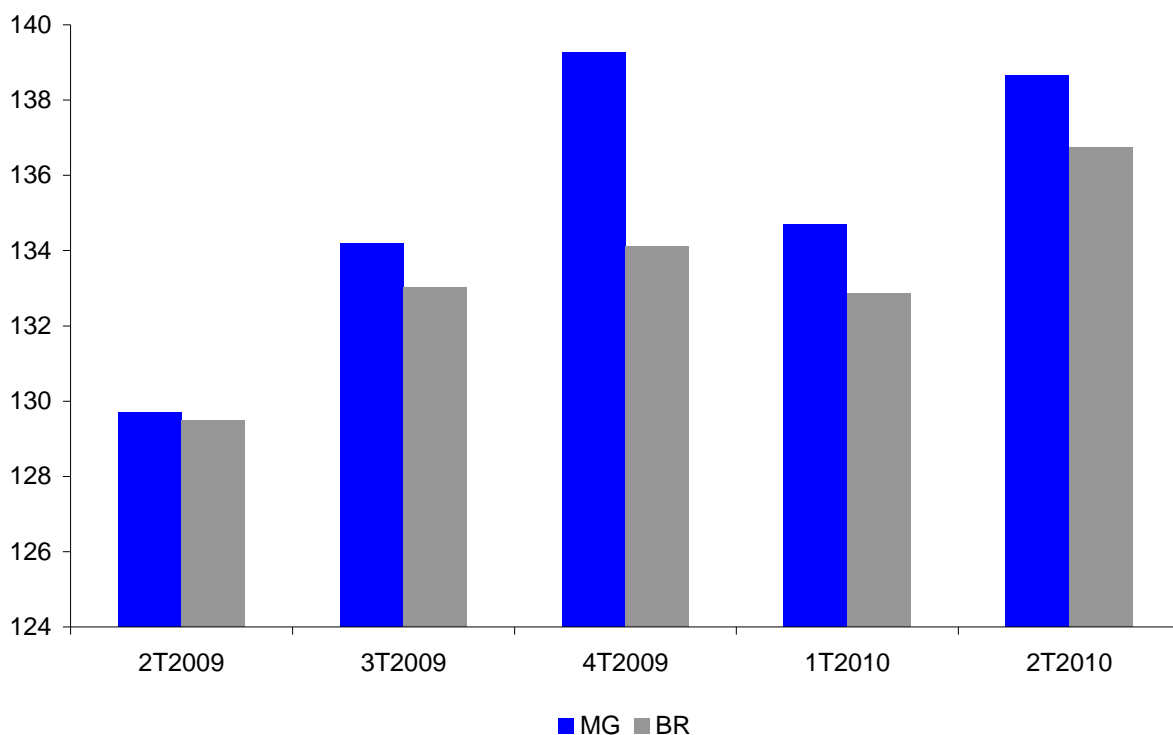


Gráfico 10 – Série encadeada do índice de volume trimestral (média de 2002=100) – valor adicionado a preços básicos no setor de serviços – Minas Gerais e Brasil – Segundo trimestre de 2009 ao segundo trimestre de 2010

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP) - Centro de Estatística e Informações (CEI), IBGE, Coordenação de Contas Nacionais (Conac).

Os gráficos 11 e 12 apresentam um detalhamento da evolução das atividades nos subsetores em que é possível desagregar o cálculo do índice de volume do setor.

Da sua observação, constata-se que o nível da atividade nos subsetores encadeados à produção física cresceu em ritmo superior à média dos subsetores mais dependentes do consumo final das famílias. Também se observa que essa é uma característica comum à dinâmica recente da expansão produtiva em serviços, tanto na economia mineira quanto no conjunto da economia brasileira. Assim, destacaram-se: crescimento do nível de atividade nos serviços de transporte, armazenagem e comunicações (20% em Minas Gerais e 11,2% no Brasil, na comparação entre o segundo trimestre de 2010 e o segundo de 2009); e no comércio

(varejista e atacadista), nos serviços de reparação e manutenção (9,8% em Minas Gerais e 11,8% no Brasil).

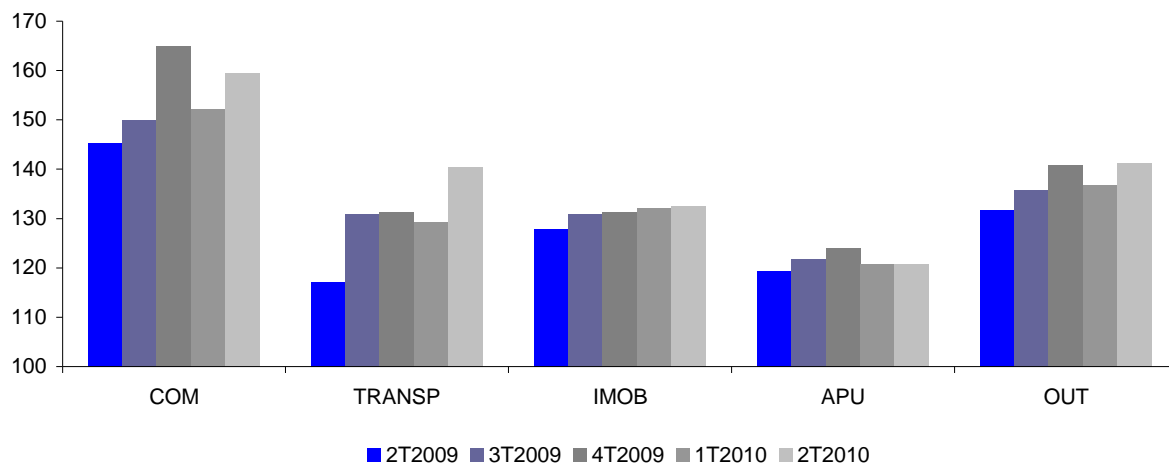


Gráfico 11 – Série encadeada do índice de volume trimestral – valor adicionado a preços básicos nos subsetores de serviços – Minas Gerais – Segundo trimestre de 2009 ao segundo trimestre de 2010

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP) - Centro de Estatística e Informações (CEI), IBGE, Coordenação de Contas Nacionais (Conac).

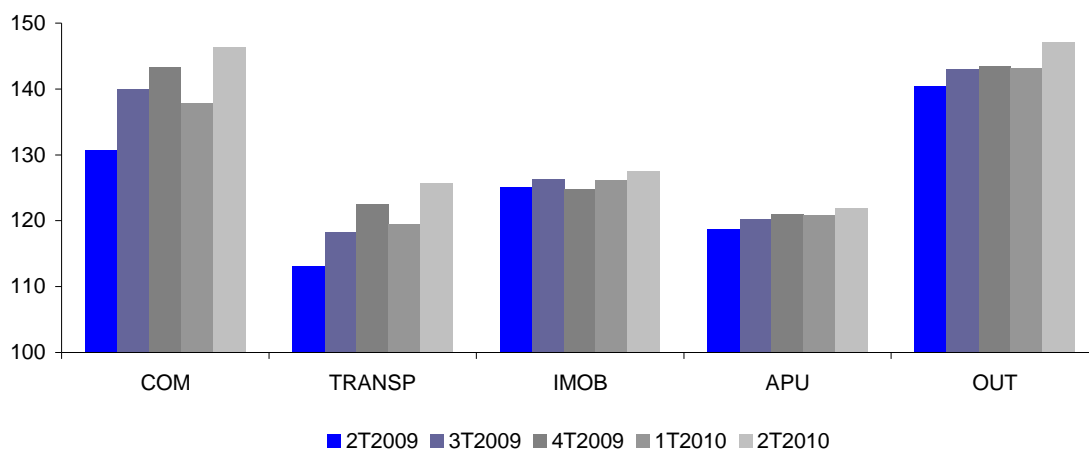


Gráfico 12 – Série encadeada do índice de volume trimestral – valor adicionado a preços básicos nos subsetores de serviços – Brasil – Segundo trimestre de 2009 ao segundo trimestre de 2010

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP) - Centro de Estatística e Informações (CEI), IBGE, Coordenação de Contas Nacionais (Conac).

MERCADO DE TRABALHO

Raimundo de Sousa Leal Filho
Pesquisador da FJP/CEI
raimundo.sousa@fjp.mg.gov.br

Os resultados observados no mercado de trabalho, no segundo trimestre de 2010, em Minas Gerais e no Brasil, confirmam a importância da retomada do crescimento econômico – em bases sustentáveis – para a melhoria dos resultados observados.

O espaço para a inserção produtiva dos trabalhadores continua a ser ampliado, como atestam as estimativas referentes à criação de novos postos de trabalho, e o perfil do emprego apresenta avanço qualitativo, com aumento da participação do trabalho formal. Também houve incremento do rendimento médio dos trabalhadores.

Combinados esses efeitos, há continuidade na expansão da massa de rendimentos do trabalho, que realimenta o ciclo de crescimento por meio da consolidação da demanda final por consumo das famílias.

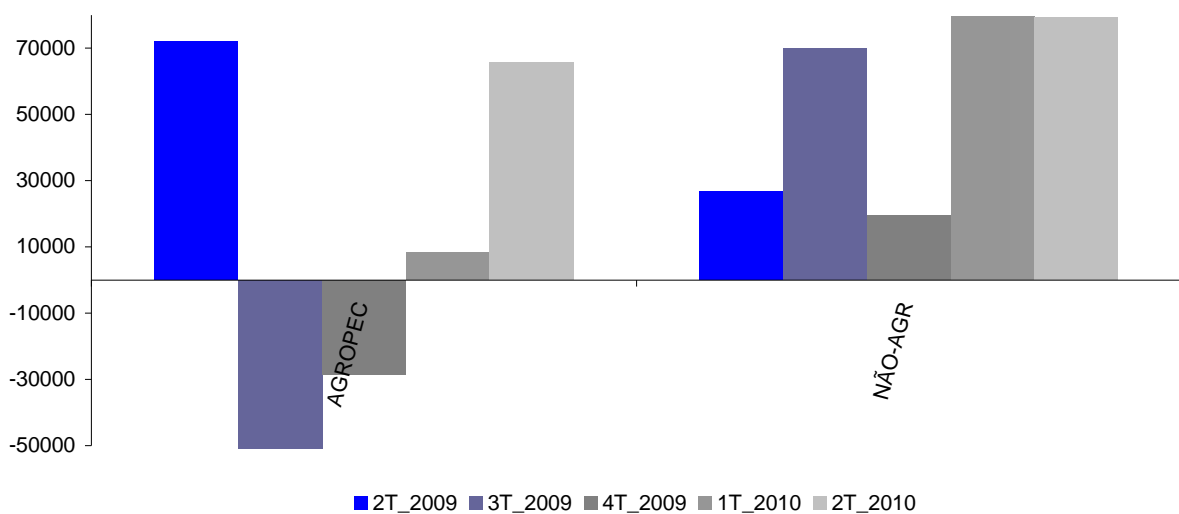


Gráfico 13 – Variação no estoque de empregos formais, por setores de atividade – Minas Gerais – Segundo trimestre de 2009 ao segundo trimestre de 2010

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

O gráfico 13 acima mostra a variação no estoque de postos de trabalho formais em Minas Gerais, do segundo trimestre de 2009 ao segundo de 2010, isolando o ocorrido nas atividades agropecuárias do conjunto formado pelos demais setores produtivos. Sua observação permite duas constatações principais:

primeira, a economia mineira continua a gerar um grande volume de novos postos de trabalho formais. No segundo trimestre de 2010, o saldo líquido entre vínculos de emprego criados e desfeitos, registrados no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego, foi de 145.000 novos contratos, 66.000 da agropecuária – comum nessa época do ano – e 79.000 das demais atividades.

Assim, manteve-se a intensa demanda das empresas por novos trabalhadores e o consequente dinamismo do emprego formal não-agrícola em Minas Gerais, pois no primeiro trimestre haviam sido criados 80.000 novos postos de trabalho nessas atividades.

Mais importante, houve mudança no patamar da geração dos novos empregos: no segundo trimestre do ano passado, haviam sido criados 27.000 novos postos de trabalho nessas atividades.

A segunda constatação é a de que, nesse aspecto, o desempenho da economia mineira está fortemente alinhado ao desempenho da economia brasileira. Nesta última, foram gerados no segundo, terceiro e quarto trimestres do ano passado, respectivamente, 224.000, 632.000 e 208.000 postos de trabalho não-agrícolas. Nos dois primeiros trimestres de 2010 (?), foram criados, respectivamente, 639.000 e 659.000 novos postos de trabalho. Nesses totais, a contribuição de Minas Gerais variou entre um valor mínimo de 9,4% (último trimestre de 2009) e um máximo de 12,4% (primeiro trimestre de 2010).

Em Minas Gerais, os novos empregos formais criados nas atividades da indústria de transformação e do setor de serviços correspondem a mais de dois terços do total nas atividades não-agrícolas (conforme gráfico 14 abaixo).

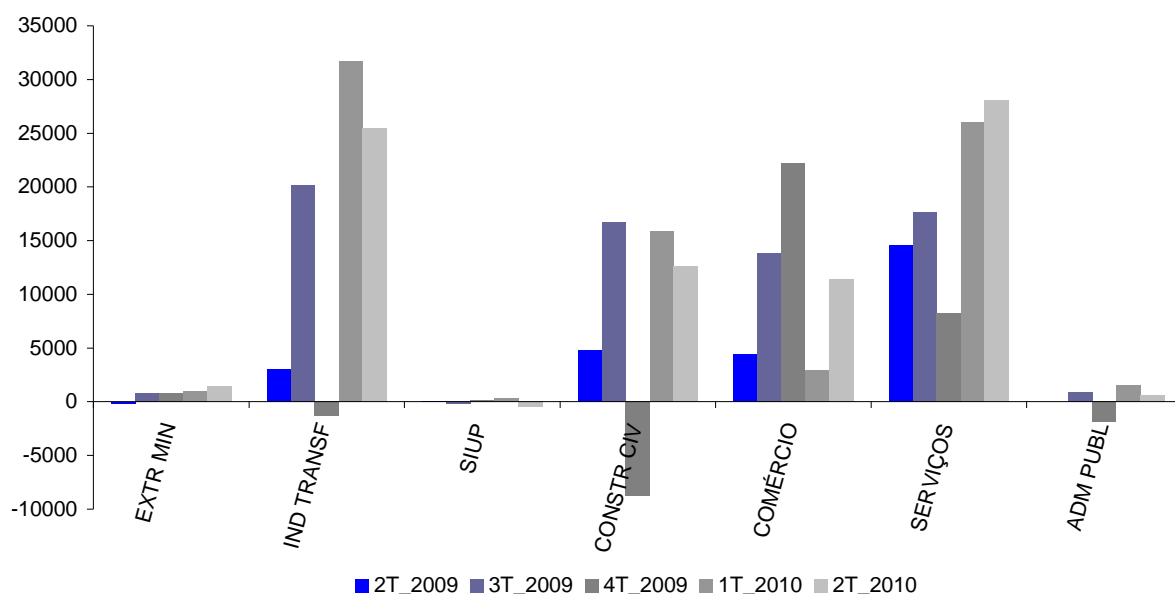


Gráfico 14 – Variação no estoque de empregos formais não-agrícolas, por setores de atividade – Minas Gerais – Segundo trimestre de 2009 ao segundo trimestre de 2010

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Já se observa um movimento incipiente de mudança na composição setorial da geração dos novos postos de trabalho, debitada à recuperação conjuntural do mercado de trabalho: neste segundo trimestre de 2010, a indústria de transformação começa a ceder lugar às atividades de serviços como principal fonte de demanda por trabalho formal.

Isso provavelmente reflete a dinâmica do processo de retomada do crescimento na economia brasileira: de meados de 2009 ao início de 2010, o motor da expansão econômica esteve centrado na ocupação da capacidade ociosa originada pela interrupção da produção industrial em fins de 2008. Agora, já existem sinais de que a própria recomposição da massa de rendimentos das famílias cria demanda para induzir o aumento do nível de atividade da economia.

O gráfico 15 abaixo evolui, para trás e para frente, o estoque de postos de trabalho formais registrado pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) em Minas Gerais, em dezembro de 2009, pela (???) movimentação líquida de admissões e desligamentos identificada no Caged.

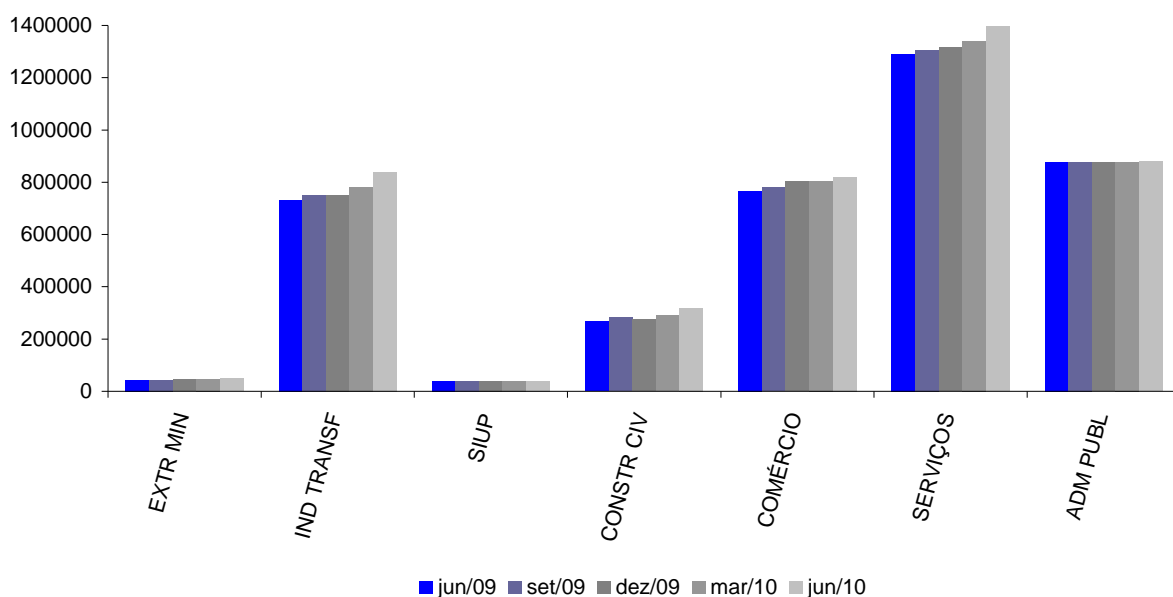


Gráfico 15 – Evolução do nível de emprego formal não-agrícola, por setores de atividade – Minas Gerais – Segundo trimestre de 2009 ao segundo trimestre de 2010
 Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI) – Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

Ao final, a evolução do nível de emprego na economia mineira alcança marcas muito favoráveis. A estimativa construída pela associação entre a Rais e o Caged para Minas Gerais, em junho de 2009, era de 4.341.000 contratos ativos; em março de 2010, 4.439.000; em junho, 4.671.000. Considerados somente os empregos no conjunto das atividades não-agrícolas, o total registrado foi de 4.342.000 neste último mês.

Em termos proporcionais, o maior dinamismo na criação de postos de trabalho formais em Minas Gerais se deu nas atividades da construção civil, com o acréscimo absoluto de novos

contratos, semelhante ao ocorrido no comércio, mas a partir de uma base equivalente a menos da metade do seu nível de emprego.

Em termos absolutos, não há dúvida de que os setores da indústria de transformação e de serviços são os que mais têm contribuído para a geração de novos postos de trabalho na presente conjuntura (gráfico 15). No segundo trimestre, responderam, respectivamente, por 25.000 e 28.000 novos contratos em Minas Gerais.

Em junho, pela primeira vez nos últimos anos, o nível de emprego formal na indústria de transformação (839.000, 18,0% do total) superou o do comércio (820.000, 17,6% do total).

Conforme seria de se esperar, tal dinamismo na evolução do nível de emprego formal haveria de se traduzir, ao menos em parte, na melhoria do perfil qualitativo do mercado de trabalho – via redução da proporção de ocupações informais de caráter mais precário.

De fato, no conjunto de regiões metropolitanas cobertas pelo Sistema Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED),²⁵ o número de empregados assalariados no setor privado com carteira assinada passou de 8.359.000 em junho de 2009 para 8.893.000 em junho de 2010, com acréscimo de 622.000 empregos (7,4% do estoque inicial) no período. Ao mesmo tempo, o número de empregados assalariados no setor privado sem carteira assinada aumentou menos que 2%, enquanto as ocupações de autônomos e de empregados domésticos diminuam.²⁶ Especificamente na região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), o total de empregados assalariados no setor privado com carteira assinada aumentou de 1.010.000 em junho de 2009 para 1.088.000 em junho de 2010 (variação de 7,7%), enquanto diminuam os empregados

²⁵ Distrito Federal, Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo.

²⁶ Sistema PED (Convênio Seade–Dieese, MTE/FAT e convênios regionais). *Mercado de trabalho metropolitano*, n. 41 (junho de 2010), Tabela 4, p. 3.

sem carteira assinada (-3,4%), os trabalhadores autônomos (-7,5%) e os empregados domésticos (-9,4%).²⁷

Outra dimensão em que se observa a melhoria da conjuntura no mercado de trabalho é a redução do desemprego. No conjunto de regiões metropolitanas cobertas pelo sistema PED, a expansão da ocupação (3,9%) esteve associada à redução da taxa de desemprego, de 14,6% em junho de 2009 para 12,7% em junho de 2010.²⁸

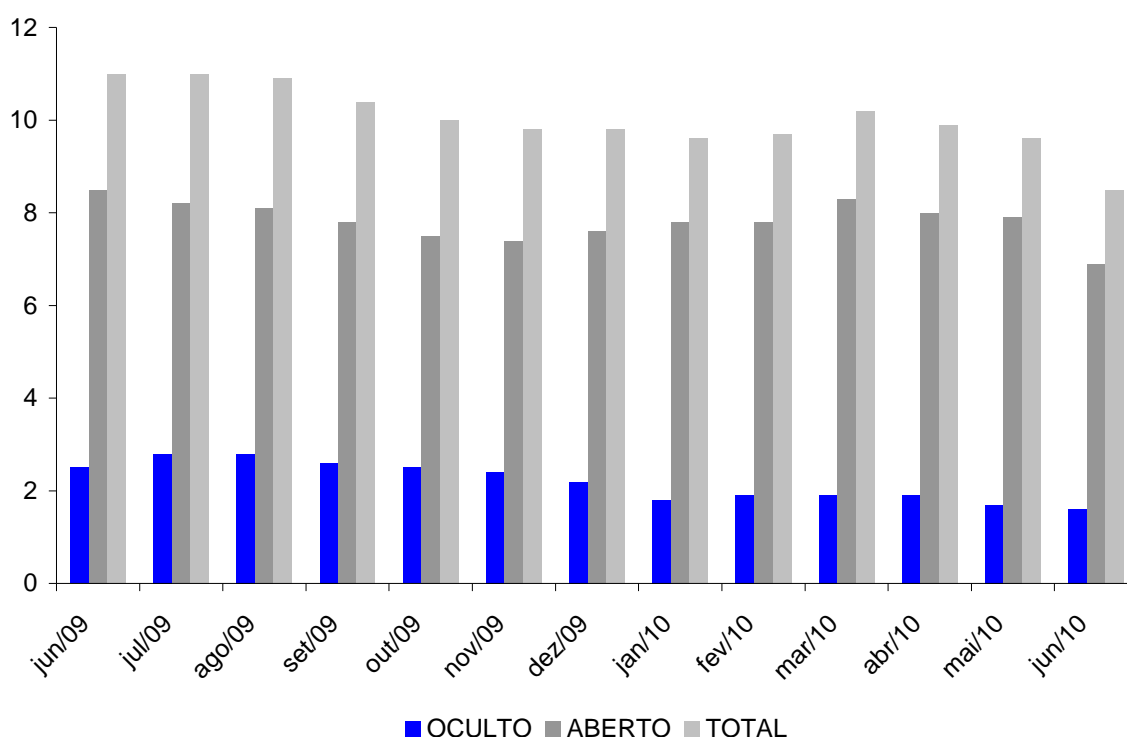


Gráfico 16 – Taxas de desemprego, por tipo (%) – Região Metropolitana de Belo Horizonte – junho de 2009 a junho de 2010

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI), Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH). Convênio FJP/Dieese/Seade/Sedese-MG..

²⁷ Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). *Boletim pesquisa de emprego e desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Ano 16, n. 6 (junho de 2010), Tabela C, p. 3.

²⁸ Sistema PED (Convênio Seade–Dieese, MTE/FAT e convênios regionais). *Mercado de trabalho metropolitano*, n. 41 (junho de 2010), Tabela 2, p. 2.

O gráfico 16 apresenta os resultados observados na RMBH, junto com a desagregação da taxa de desemprego total em seus componentes.²⁹

Na RMBH, a expansão da ocupação (1,7% entre junho de 2009 e junho de 2010) foi menos intensa que no conjunto das regiões metropolitanas do sistema PED. No entanto, a taxa de desemprego, que já se encontrava em menor patamar, também reduziu expressivamente, de 11,0% da população economicamente ativa em junho de 2009 para 10,2% em março de 2010 e 8,5% em junho.

Tal comportamento se deve tanto à redução de duas taxas: a de desemprego aberto, de 8,5% em junho de 2009 para 8,3% em março de 2010 e 6,9% em junho, e a de desemprego oculto, de 2,5% em junho de 2009 para 1,9% em março e 1,6% em junho de 2010 (gráfico 16).

No conjunto das regiões metropolitanas cobertas pelo sistema PED, o rendimento real médio dos ocupados³⁰ cresceu 2,7% entre maio de 2009 e maio de 2010. Neste último mês, seu valor alcançou R\$ 1.259,00. Como consequência do movimento combinado de expansão da ocupação e do rendimento real médio, a massa de rendimentos da população ocupada nas sete regiões pesquisadas aumentou 6,3% no período.³¹

Na RMBH, o rendimento real médio da população ocupada também experimentou evolução francamente favorável: de R\$ 1.259,00 em maio de 2009 para R\$ 1.307,00 em fevereiro de 2010 e R\$ 1.342,00 em maio deste ano. No acumulado dos últimos 12 meses, um crescimento real de 6,6%.

²⁹ Na metodologia da PED, o desemprego *aberto* corresponde à definição tradicional: pessoas que procuraram trabalho de modo efetivo nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias. Além disso, também são consideradas desempregadas as pessoas que realizam de forma irregular algum trabalho remunerado (ou não-remunerado em ajuda a negócios de parentes) e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista, ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram até 12 meses atrás (desemprego *oculto pelo trabalho precário*), e as pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas procuraram efetivamente trabalho nos últimos 12 meses (desemprego *oculto pelo desalento*).

³⁰ Obtidos no trabalho principal, no caso de trabalhadores com mais de uma ocupação.

³¹ Sistema PED (Convênio Seade-Dieese, MTE/FAT e convênios regionais). *Mercado de trabalho metropolitano*, n. 41 (junho de 2010), p. 4.

A massa de rendimentos reais percebida pela população ocupada na RMBH, portanto, expandiu-se (7,4% no acumulado dos 12 meses completados em maio de 2010) porque houve tanto a criação de novos postos de trabalho quanto o crescimento do rendimento real médio.³²

³² Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI). *Boletim pesquisa de emprego e desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Ano 16, n. 6 (junho de 2010), p. 4-5.

EXPORTAÇÕES

Elisa Maria Pinto da Rocha
Pesquisadora da FJP/CEI
elisa.rocha@fjp.mg.gov.br

As exportações mineiras registraram expressivo crescimento no segundo trimestre de 2010. O valor das vendas externas alcançou US\$ 7,143,3 milhões, o que correspondeu a 52,6% de crescimento em relação ao mesmo trimestre de 2009 e a 37,6% de expansão em comparação com o primeiro trimestre de 2010. Como o ritmo de crescimento das exportações de Minas Gerais no segundo trimestre de 2010 mostrou-se relativamente mais intenso do que a média nacional (52,6% e 28,8% em relação ao mesmo trimestre de 2009 respectivamente), registrou-se tremendo avanço do coeficiente de participação relativa das vendas externas mineiras no valor total das exportações brasileiras. Foram 14,3% no segundo trimestre de 2010 e 12,1% no segundo trimestre de 2009.

Os segmentos que mais influenciaram o comportamento das exportações de Minas Gerais no segundo trimestre de 2010 em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (e suas respectivas taxas de crescimento) foram: minérios e produtos minerais (85,7%), produtos siderúrgicos (58,4%), papel e celulose (112,4%) e café (15,1%).

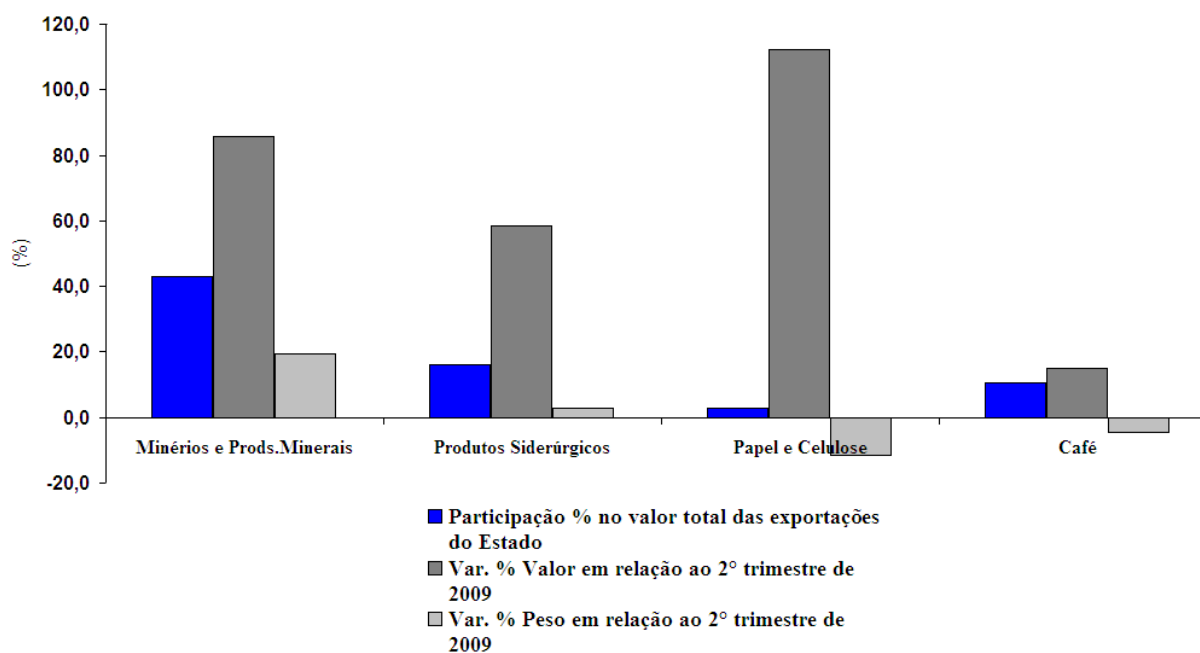


Gráfico 17 – Participação e Crescimento das Exportações dos Principais Produtos – Minas Gerais – segundo Trimestre de 2010
Fonte: MDIC, SECEX

Esses quatro segmentos representados no gráfico 17 responderam por 72% do total das vendas externas do estado e exerceram forte influência no comportamento geral das exportações mineiras.

De modo geral, o comportamento das exportações em 2010 vem confirmando a tendência de recuperação, após as dificuldades ocasionadas pela crise financeira internacional que atingiu o país em 2009. Vale lembrar que, em 2009, as exportações mineiras caíram 20,0% (tendo fechado o ano em US\$ 19,518,6 milhões), as importações se retraíram 29,9% (US\$ 7,350,5 milhões ao final de 2009) e o *superávit* comercial sofreu queda de 12,6% (tendo fechado 2009 em US\$ 12,168,0 milhões).

No acumulado de janeiro-junho/2010, em comparação com o mesmo período de 2009, observa-se que o crescimento das exportações mineiras apresenta-se mais acelerado do que a média nacional. Os resultados do comércio exterior para Minas Gerais e para o Brasil, em

termos de taxa de crescimento, são os seguintes: exportações (37,0% e 27,5% respectivamente), importações (40,6% e 45,1% respectivamente) e *superávit* comercial (35,0% e -43,3% respectivamente).

Portanto, também na comparação dos dados no acumulado janeiro-junho/2010 em relação ao mesmo período do ano anterior, observa-se que as exportações mineiras estão crescendo em ritmo mais acelerado do que a média nacional. O crescimento de 37,0% nas vendas externas das empresas mineiras em janeiro-junho/2010 está associado ao aumento de 15,6% no volume físico dos embarques de mercadorias (81,2 milhões de toneladas no acumulado de janeiro-junho/2010, contra 70,2 milhões de toneladas no mesmo período de 2009) e ao comportamento favorável dos preços internacionais de importantes produtos da pauta estadual, a exemplo de minérios, café e produtos siderúrgicos.

Registrou-se expansão no valor das vendas externas para as quatro categorias de produtos exportados por Minas Gerais no período janeiro-junho/2010 em comparação com o mesmo período do ano anterior. Para a modalidade de produtos intensivos em recursos naturais, que responde por 68,1% das exportações mineiras, a aceleração foi de 32,9%. No caso do grupo de produtos intensivos em mão de obra (que responde por 0,8% do valor total da pauta mineira), o crescimento mostrou-se relativamente menor do que o do grupo anterior, 15,5%.

Quanto às duas outras categorias, intensivos em capital e intensivos em tecnologia, chama a atenção o forte ritmo de crescimento registrado no período janeiro-junho/2010 em relação ao mesmo período do ano anterior. Para o grupo de produtos intensivos em capital, que responde por 20,5% da pauta estadual, a taxa de crescimento foi de 49,6%. Destaca-se a contribuição do segmento produtos siderúrgicos (16,3% do valor total das exportações de Minas Gerais e crescimento de 43,3%). Para a categoria intensivos em tecnologia, responsável por 10,5% do valor total das vendas externas de Minas Gerais, a taxa de crescimento foi de 43,9%. O

destaque foi a contribuição dos veículos-tratores-ciclos (participação de 5,7% e expansão de 38,8%).

Ao se analisar os segmentos de produtos exportados por Minas Gerais no acumulado de janeiro-junho/2010, aqueles que apresentaram as maiores taxas de crescimento em relação a igual período do ano anterior foram: outros materiais de transporte (7.212,5%, principalmente veículos/materiais para vias férreas), móveis (124,6%), outros metalúrgicos (102,9%, especialmente cobre e suas obras) e papel e celulose (101,4%).

É importante destacar a expressiva recuperação que vem ocorrendo nas exportações de papel e celulose e móveis no período janeiro-junho/2010 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esses setores fecharam 2009 com queda nas exportações (-34,9% e -18,4% em relação a 2008 respectivamente) e apresentam forte ritmo de crescimento em janeiro-junho/2010.

Em termos de mercados de destino, registrou-se expansão das exportações para os quatro principais mercados compradores de produtos mineiros no período janeiro-junho/2010 em relação ao mesmo período do ano anterior: Ásia (15,2%), principal mercado de destino das exportações mineiras e que responde por 40,3% do total exportado pelo estado; União Européia (53,6% e participação de 28,4% nas exportações do estado); Nafta (57,5% e 9,5% de participação) e Mercosul (108,9% e 7,9% de participação).

Em síntese, observa-se no acumulado de janeiro-junho/2010 em relação ao mesmo período do ano anterior uma recuperação das exportações para o Nafta, a União Européia e o Mercosul, importadores que haviam fechado 2009 com fortes quedas nas compras de produtos mineiros (-47,9%, -29,7% e -25,7% em relação a 2008 respectivamente).

A análise individual dos principais países importadores de produtos mineiros no acumulado de janeiro-junho/2010 em relação ao mesmo período do ano anterior aponta para uma relativa estabilidade de vendas para a China (0,9%) e um crescimento das exportações mineiras para Alemanha (47,1%), Japão (89,1%), Estados Unidos (47,4%) e Argentina (109,4%). Vale lembrar que, ao final de 2009, entre os cinco principais países importadores de produtos mineiros, registrou-se retração de vendas para os Estados Unidos (-48,7%), a Alemanha (-41,5%), a Argentina (-25,7%) e o Japão (-19,6%). Apenas a China ampliou suas compras (23,9%).

Chama a atenção o fato de, no período janeiro-junho/2010, comparativamente a igual período do ano anterior, os Estados Unidos terem perdido a posição de terceiro principal importador de produtos mineiros para o Japão. Enquanto isso, a China e a Alemanha se mantêm como os dois maiores mercados. É interessante destacar, também, a expressiva expansão das exportações mineiras para os vizinhos latino-americanos, a exemplo do Peru (247,1%), do Chile (161,9%) e do México (141,1%).

Dados mais recentes postos à disposição pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) confirmam a tendência de desempenho positivo das exportações das principais empresas mineiras nos oito primeiros meses de 2010 em relação ao mesmo período do ano anterior. Registrou-se expansão das exportações das quatro maiores exportadoras: Vale S.A (84,2%), Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (101,9%), Fiat Automóveis S.A (65,0%) e Gerdau Açominas (95,0%). Além disso, chama a atenção a forte expansão das vendas externas da Cenibra (103,6%).

INFLAÇÃO

Maria Aparecida Sales Souza Santos
Pesquisadora da FJP/CEI
maria.aparecida.sales@fjp.mg.gov.br

A taxa de inflação na RMBH, medida pelo IPCA (1,1% no acumulado durante o segundo trimestre de 2010), foi inferior à observada no trimestre imediatamente anterior (2,1%). O recuo acompanhou a tendência do índice nacional, que passou de 2,0% para 1,0% no mesmo período.

O melhor resultado no segundo trimestre pode ser atribuído à desaceleração dos preços de alguns itens muito majorados no primeiro trimestre. Na decomposição do IPCA para a RMBH, observa-se retração em sete dos nove grupos pesquisados, especialmente: educação, que tem alta sazonal em fevereiro; alimentos e bebidas e transporte. Esses três grupos compuseram 50% do índice global.

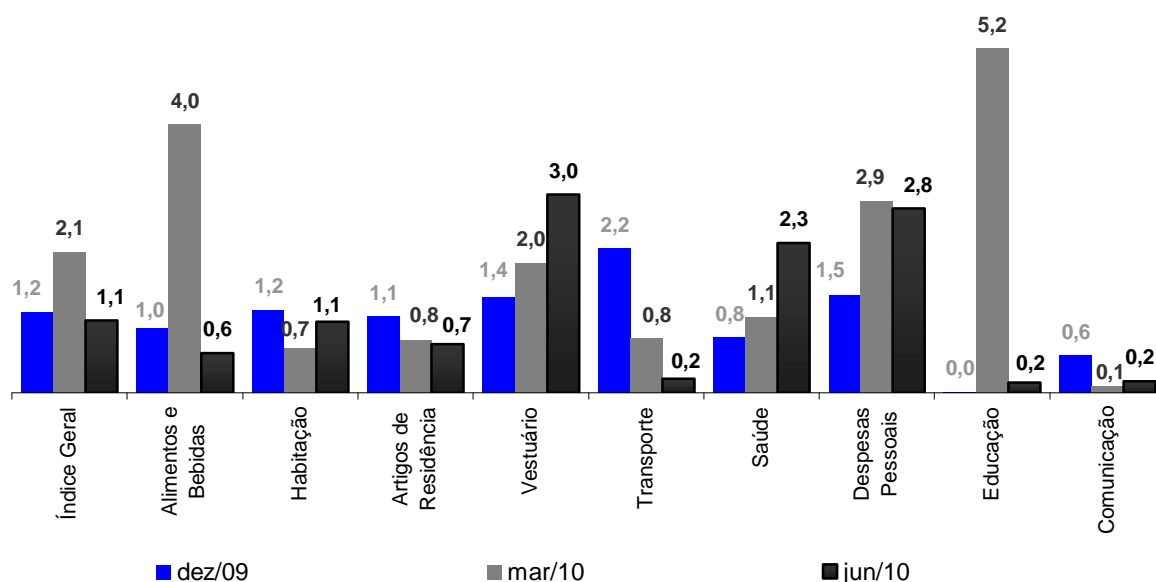


Gráfico 18 - Inflação acumulada em 03 meses (%), por grupo – RMBH.
Fonte: IPCA, IBGE

No acumulado do primeiro semestre de 2010, o IPCA da RMBH apresentou aumento de 3,2%, ligeiramente superior aos 3,1% registrados para o país. No primeiro semestre de 2009, quando a economia ainda estava sob os efeitos da crise, os índices haviam se mostrado menores, tanto para a RMBH, quanto para o Brasil: 2,6% e 3,0% respectivamente. O avanço dos preços em 2010 reflete a recuperação econômica que vem se firmando desde o quarto trimestre de 2009.

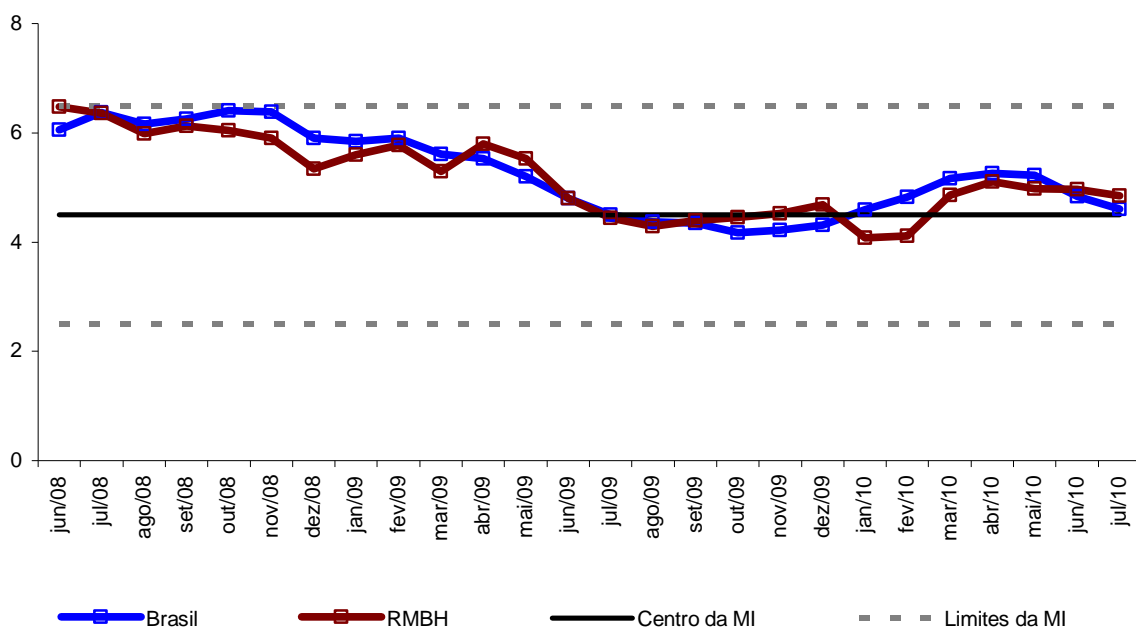


Gráfico 19 - Inflação acumulada em 12 meses, em % - RMBH e Brasil – junho de 2008 a junho de 2010.

Fonte: IPCA, IBGE

A inflação acumulada em 12 meses até junho de 2010 na RMBH repetiu o resultado de 5,0% do acumulado até maio e superou a meta de 4,5% fixada pelo Banco Central. No Brasil, o índice de 4,8% para o acumulado até junho representou uma sensível melhora, com queda de 0.4 p.p. relativamente ao período imediatamente anterior. O resultado acumulado até julho de 2010 do IPCA nacional aproximou-se da meta inflacionária. Na RMBH, os preços mantiveram-se praticamente constantes desde maio de 2010, porém com uma suave trajetória de declínio.

Algumas cidades do interior do estado têm seus índices de preço calculados pelas universidades locais. O IPC acumulado (em 12 meses) até junho de 2010 em Montes Claros³³ apresentou a maior alta (7,2%), seguido do de Viçosa³⁴ (5,4%) e do de Uberlândia³⁵ (4,0%). Em Lavras³⁶, o índice foi negativo (-2,2%). Na comparação do acumulado de 12 meses até julho ante o acumulado até junho, Lavras ainda registrou índice negativo, porém ascendente (-1,6%). Seguindo a tendência, Viçosa acelerou o ritmo de crescimento dos seus preços, que passaram para 5,8%. O IPC de Uberlândia manteve-se praticamente constante (3,97%). Montes Claros foi o único município a apresentar recuo no índice (de 7,2% para 6,7%).

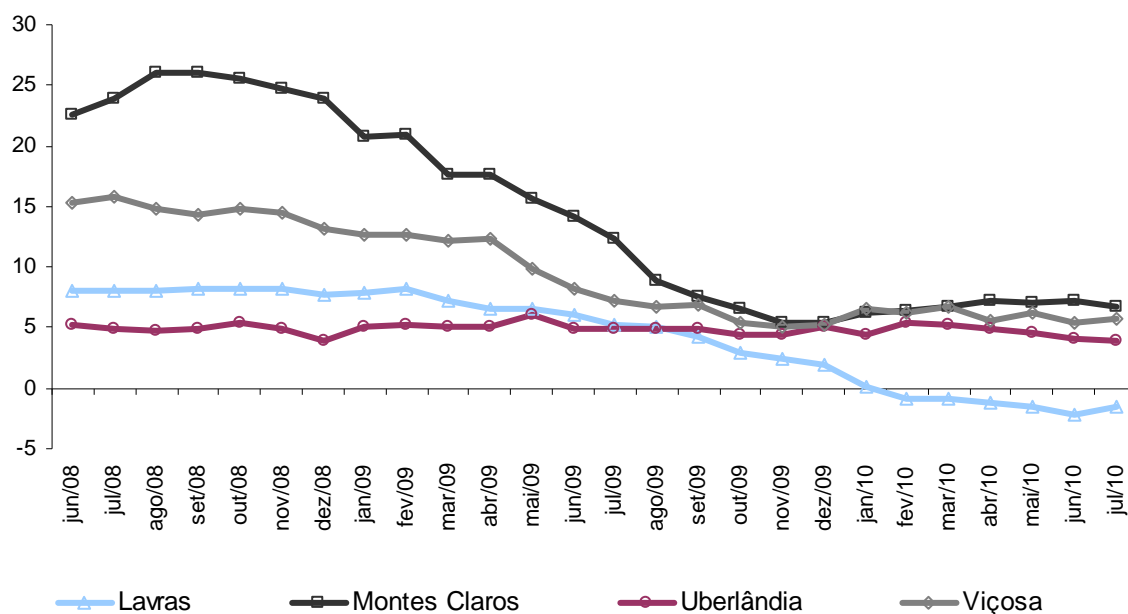


Gráfico 20 – IPC, variação acumulada em 12 meses, em % - Municípios selecionados – junho de 2008 a julho de 2010.

Fonte: DAE - Ufla; DE - Unimontes; Cepes – UFU; DE – UFV.

³³ IPC/Montes Claros, calculado pelo DE - Unimontes, abrange bens consumidos por famílias que recebem de um a seis salários mínimos.

³⁴ IPC/Viçosa, calculado pelo DE – UFV, abrange bens consumidos por famílias na faixa de um a seis salários mínimos.

³⁵ IPC/Uberlândia, calculado pelo Cepes – UFU, abrange bens consumidos por famílias com renda de um a oito salários mínimos.

³⁶ IPC/Lavras, calculado pelo DAE – Ufla, não distingue faixas de rendimento.

FINANÇAS PÚBLICAS

Reinaldo Carvalho de Moraes
Pesquisador da FJP/CEI
reinaldo.morais@fjp.mg.gov.br

No segundo trimestre de 2010, houve expansão nominal de 5,5% da receita corrente, em comparação com o mesmo período do ano anterior. O referido valor subiu de R\$ 10,47 bilhões para R\$ 11,04 bilhões. Ao se comparar o primeiro semestre de 2010 com o mesmo período de 2009, houve expansão nominal de 9,8%, e a a cifra atingiu R\$ 20,93 bilhões no atual ano, frente aos R\$ 19,73 bilhões de 2009.

A arrecadação de ICMS, principal fonte de receita estadual, apresentou acréscimo nominal de 20,5% no primeiro trimestre de 2010, em comparação com o primeiro trimestre de 2009. O valor arrecadado subiu de R\$ 5,27 bilhões para R\$ 6,35 bilhões. O alto valor do incremento percentual pode se justificar principalmente pela fraca base de comparação com o período relativo a 2009, uma vez que tal arrecadação havia apresentado uma queda muito acentuada nos primeiros meses daquele ano. No que se refere ao acumulado em 2010, houve expansão nominal de 18,8%. Tais resultados confirmam a retomada do ritmo de crescimento da arrecadação, contribuindo para a manutenção do equilíbrio das contas públicas mineiras. A tabela 1 sintetiza os dados.

Tabela 1 – Receita Orçamentária Consolidada por trimestre (R\$ bilhões) – Governo de Minas Gerais

Especificação	2º tri 2009 (a)	2º tri 2010 (b)	Acumulado 2009 (c)	Acumulado 2010 (d)	b / a (%)	d / c (%)
Receita Orçamentária	9.969,4	10.321,0	19.732,2	20.931,7	3,5%	6,1%
Receitas Correntes	10.467,6	11.041,5	20.614,2	22.628,6	5,5%	9,8%
Tributárias	6.242,0	7.370,2	13.390,9	15.640,2	18,1%	16,8%
IPVA	308,4	275,5	1.810,3	2.003,2	-10,7%	10,7%
ICMS	5.269,2	6.349,0	10.218,2	12.136,0	20,5%	18,8%
Outras Rec. Tributárias	664,3	745,8	1.362,3	1.501,0	12,3%	10,2%
Transferências da União	1.367,5	2.324,7	2.548,3	3.566,9	70,0%	40,0%
Tr. Multigovernamentais	997,0	3,6	1.914,4	1.112,6	-99,6%	-41,9%
Demais Receitas Correntes	1.861,1	1.343,1	2.760,6	2.308,9	-27,8%	-16,4%
Deduções da Receita Corrente	(976,7)	(1.153,7)	(2.014,2)	-2.339,8	18,1%	16,2%
Receitas de Capital	478,5	433,2	1.132,2	642,9	-9,5%	-43,2%
Operações de Crédito	334,7	211,3	715,7	213,2	-36,9%	-70,2%
Alienação de Bens	4,4	14,2	6,2	15,0	226,5%	143,0%
Amort. de Empréstimos	100,0	121,9	196,1	227,8	21,9%	16,2%
Transferências de Capital	36,4	85,2	210,2	186,4	134,0%	-11,3%
Outras Receitas de Capital	3,0	0,5	4,0	0,5	-83,4%	-87,5%

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda (SEF/MG) e Superintendência Central de Contadoria Geral (SCCG) – Balancete Mensal

As transferências da União representaram 21,05% da receita corrente no segundo trimestre de 2010. Na comparação com o mesmo período do ano anterior, houve acréscimo de 70% (de R\$ 1,37 bilhão para R\$ 2,32 bilhões). Na comparação do acumulado nos seis primeiros meses de 2010 com o mesmo período de 2009, houve acréscimo nominal de 40%. O resultado positivo pode ser parcialmente justificado em função de uma base fraca de comparação. Esse resultado indica certo vigor do governo federal na sua capacidade de arrecadação. Como a receita de ICMS caiu de 50,3% para 49,6% da receita corrente, nota-se um pequeno aumento da dependência das contas públicas mineiras no que se refere às transferências federais.

O gráfico 21 apresenta a evolução da variação percentual da receita corrente comparando-se cada trimestre com o mesmo período do ano anterior. A receita tributária, principal fonte de

receita corrente, assim como a receita de ICMS, principal fonte de receita tributária, completam o gráfico. Nota-se que o segundo trimestre de 2010 apresenta resultados nominais positivos no que se refere ao crescimento dos referidos indicadores. Pelo gráfico, fica evidente que o ritmo de crescimento da geração de receitas encontra-se muito próximo da normalidade.

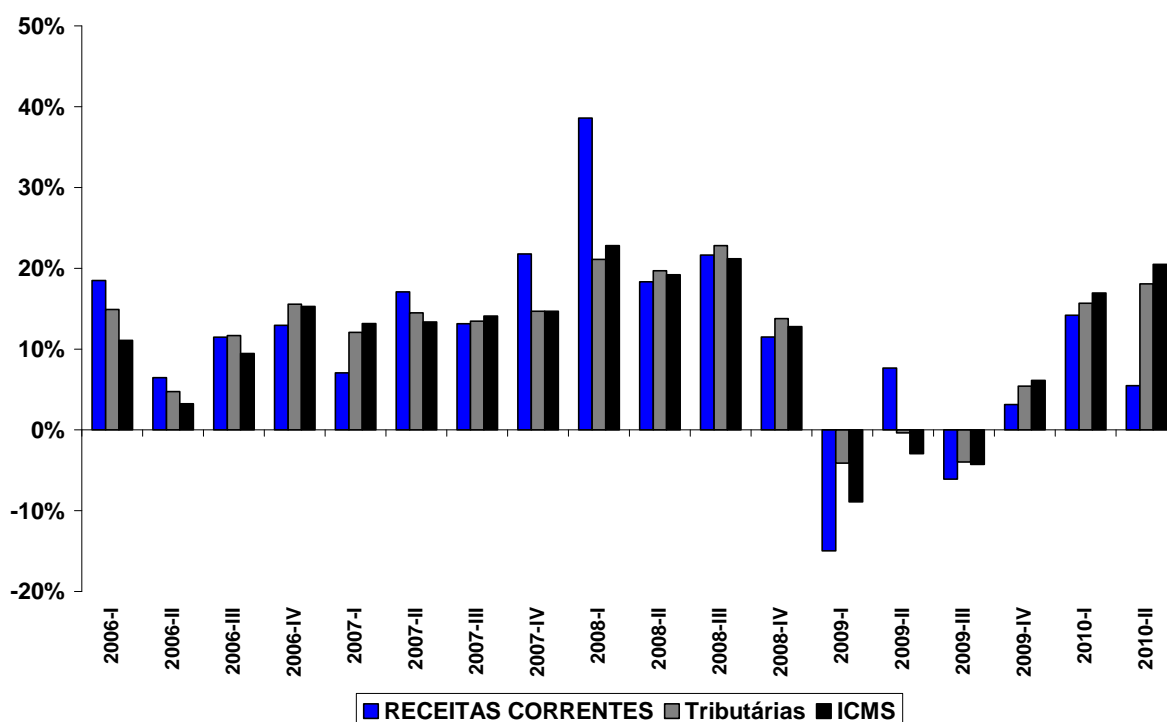


Gráfico 21 - Evolução das Receitas do trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior
 Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda – SEF/MG
 Elaboração: Centro de Estatística e Informações (CEI/FJP)

A despesa realizada no segundo trimestre de 2010 foi de R\$ 10,7 bilhões, valor 18,5% superior ao do mesmo período do ano anterior, que havia chegado a R\$ 9 bilhões. Na comparação do acumulado de 2010 com o mesmo período do ano anterior, houve acréscimo nominal de 13%, já que a despesa no atual ano foi de R\$ 19,43 bilhões frente aos R\$ 16,88 bilhões de 2009. Os incrementos percentuais do lado da despesa apresentaram valores relativamente elevados, provavelmente em função da fraca base de comparação junto aos números de 2009. A tabela 2 resume os dados.

Tabela 2 – Despesa realizada por trimestre (R\$ milhões) – Governo de Minas Gerais

Especificação	2º tri 2009 (a)	2º tri 2010 (b)	Acumulado 2009 (c)	Acumulado 2010 (d)	b / a (%)	d / c (%)
Despesa Realizada	9.002,43	10.671,13	16.882,87	19.430,20	18,5%	15,1%
Despesas Correntes	7.579,89	8.822,66	14.887,66	16.825,24	16,4%	13,0%
Pessoal e Encargos Sociais	3.743,56	4.292,65	7.424,95	8.262,44	14,7%	11,3%
Juros e Encargos da Dívida	550,25	545,75	1.118,33	1.080,44	-0,8%	-3,4%
Outras Despesas Correntes	3.286,08	3.984,26	6.344,39	7.482,37	21,2%	17,9%
Despesas de Capital	1.422,55	1.848,48	1.995,21	2.604,95	29,9%	30,6%
Investimentos	655,27	1.298,68	869,96	1.688,80	98,2%	94,1%
Inversões Financeiras	449,89	231,37	576,18	342,29	-48,6%	-40,6%
Amortização da Dívida	317,39	318,42	549,07	573,86	0,3%	4,5%

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda (SEF/MG) e Superintendência Central de Contadoria Geral (SCCG) – Balancete Mensal

Elaboração: Centro de Estatística e Informações (CEI/FJP)

No que tange ao limite de gastos com pessoal referentes à Lei de Responsabilidade Fiscal, o poder executivo gastou 46,53% da receita corrente líquida³⁷ com pessoal no primeiro quadrimestre de 2010. Recomenda-se que o limite prudencial não se afaste muito de 45,5%. É provável que esse indicador apresente valor superior no segundo quadrimestre de 2010 em função dos reajustes concedidos aos servidores públicos no mês de maio, além dos atos de reposicionamento de servidores em função do tempo de serviço. Entretanto, devido ao forte ritmo de recuperação tanto da economia mineira e nacional como da arrecadação, é provável que o aumento do volume de receitas seja capaz de manter o equilíbrio das contas públicas no fechamento do ano.

³⁷ Para maiores detalhes consultar:

http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/contadoria_geral/gestaofiscal/ano2010/1quadrimestre2010.pdf

Superávit: comércio interestadual do estado de Minas Gerais, 2005-2009

Ricardo Candéa Sá Barreto
Gestor de Ensino e Pesquisa da FJP/CEI
ricardo.candea@fjp.mg.gov.br

Thiago Rafael Almeida
Estagiário de Administração Pública da Escola de Governo da FJP
thiago.almeida@fjp.mg.gov.br

Introdução

A existência de informações sobre fluxos de comércio entre regiões de um país é uma raridade, principalmente no que tange à análise dos determinantes desse comércio em um conjunto de atividades e serviços. Essa falta de informação fica particularmente evidenciada pela enorme dificuldade de se encontrarem certos dados confiáveis e precisos. Tais dados informam sobre as entradas (importações) e saídas (exportações) dos diversos setores envolvidos. Dessa forma, o agrupamento desses dados para a construção de uma matriz de fluxo de comércio fica extremamente prejudicado. Entretanto, isso não significa que as organizações, tanto públicas quanto privadas, não devam realizar esforços para a aquisição dessas informações. Estabelecer uma matriz de comércio contribui para a identificação de centros produtores-exportadores, permite análises de oferta e demanda e identifica potencialidades e tendências, além de possibilitar análises de interdependência intersetorial e interregional.

Dessa maneira, os dados referentes ao comércio interestadual foram obtidos por meio de registros administrativos da Declaração de Apuração e Informação do Imposto sobre Circulação e Serviços (ICMS), da Secretaria da Fazenda de Minas Gerais (SEF-MG).

Os valores são desagregados por atividade econômica, segundo o Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), e é necessário agregá-los de acordo com a relação de 35 atividades da TRU-MG³⁸.

Deve-se ressaltar que algumas mudanças importantes nos dados foram requeridas. Primeiro, nesses registros, o petróleo bruto importado por Minas Gerais está classificado na atividade de refino, mas a TRU-MG o considera produto da indústria extrativa.

A Secretaria de Estado da Fazenda vem repassando dados a respeito das operações interestaduais de Minas Gerais para a Fundação João Pinheiro. O objetivo é sistematizar e integrar esses dados produzindo informações das diversas atividades e serviços. Dessa maneira, ao observarmos os dados de forma agrupada, saberemos quais setores da economia mineira estarão contribuindo para uma balança comercial favorável (superávit) e quais estarão afetando-a negativamente (déficit) no decorrer da sequência temporal de 2005 a 2009.

Principais resultados

Algumas informações geradas dessa agregação de dados serão detalhadas abaixo. É importante observar que os valores da série histórica 2005-2009 apresentados a seguir foram inflacionados para o ano-base de 2009, utilizando-se o deflator implícito do PIB.

O gráfico 22 ilustra a evolução do superávit final mineiro ao longo da série histórica 2005-2009. É interessante notar a inflexão observada no ano de 2009 em razão da crise anteriormente citada, que interrompe a tendência crescente de superávit em Minas Gerais³⁹:

³⁸ Tabela de Recurso e Uso e Matriz de Insumo Produto de Minas Gerais – 2005.

³⁹ Para maiores detalhes ver Anexo.

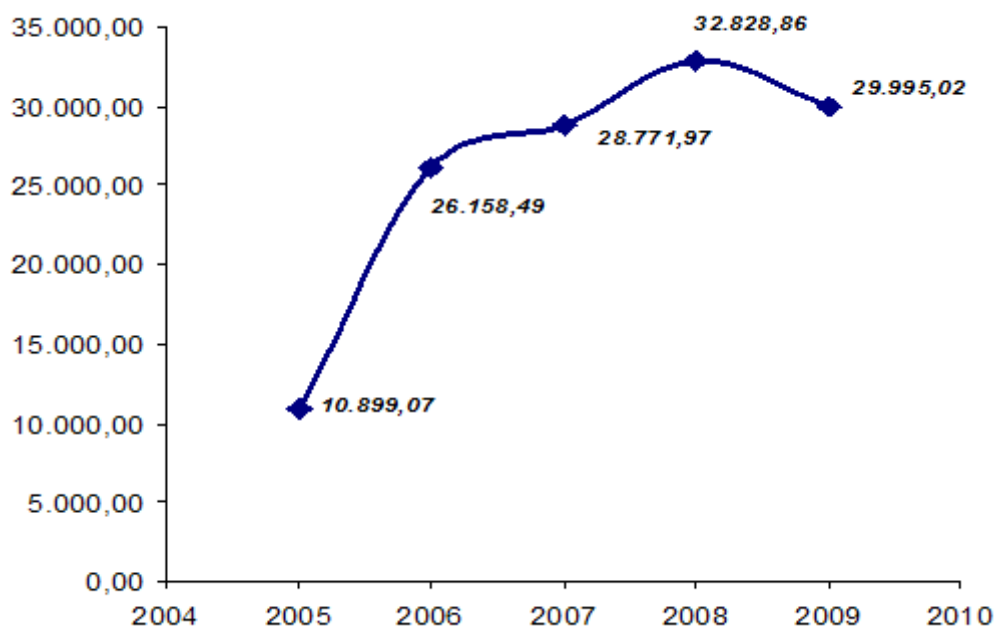


Gráfico 22 - Evolução do Superávit de comércio interestadual Mineiro: 2005-2009
 Fonte: Dados primários da Secretaria de Estado da Fazenda, a preços constantes de 2009, com base no deflator implícito do PIB.

Observamos que os setores que mais se destacaram e contribuíram para a geração do superávit final de R\$ 10.889,07 milhões em 2005 foram: fabricação de veículos automotores (superávit de R\$ 7.039,55 milhões); metalurgia (superávit de R\$ 6.240,97 milhões); transporte, armazenagem e correio (com superávit de R\$ 5.706,05 milhões) e fabricação de alimentos (superávit de R\$ 5.084,24 milhões). Nesse mesmo ano, os setores mais deficitários foram: fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (déficit de R\$ 3.879,41 milhões); fabricação de móveis, produtos de madeira e artigos diversos (déficit de R\$ 3.451,58 milhões); fabricação de peças e acessórios para veículos automotores (déficit de R\$ 2.977,87 milhões) e fabricação de derivados do petróleo e álcool (déficit de R\$ 2.314,45 milhões).

Já em 2006, os setores que mais contribuíram para o superávit final de R\$ 26.158,49 milhões (valor em preço constante de 2009 – ano-base) foram: metalurgia (superávit de R\$

19.145,81 milhões); fabricação de veículos automotores (superávit de R\$ 10.733,87 milhões); transporte, armazenagem e correio (superávit de R\$ 6.060,60 milhões) e fabricação de alimentos (superávit de R\$ 4.547,67 milhões). Os setores indústrias extrativo-minerais e fabricação de produtos de metal (exclusive máquinas e equipamentos) apresentaram uma evolução em relação ao ano anterior, observada pelo aumento do superávit de R\$ 475,77 milhões para R\$ 3.467,25 milhões no caso do primeiro e de R\$ 784,34 milhões para R\$ 4.891,19 milhões em relação ao segundo. Com relação aos setores deficitários, observamos que o setor de fabricação de derivados do petróleo e álcool continua prejudicado (déficit de R\$ 2.760,11 milhões). No entanto, o setor com o maior déficit no ano de 2006 foi o comércio (que teve um déficit maior que o superávit final do período, no valor de R\$ 27.542,56).

Em 2007, os setores indústrias extrativo-minerais, fabricação de alimentos e fabricação de produtos de metal (exclusive máquinas e equipamentos) continuaram se destacando (superávit de R\$ 2.940,66 milhões, R\$ 3.252,56 milhões e R\$ 4.524,40 milhões respectivamente). Todavia, os setores que mais contribuíram para o valor do superávit final de R\$ 28.771,97 milhões (valor em preço constante de 2009 - ano-base) foram metalurgia (com superávit de R\$ 20.952,36 milhões) e fabricação de máquinas e equipamentos. Este último teve um crescimento digno de nota em suas exportações se comparado com ano anterior, o que contribuiu para o superávit de R\$ 1.097,58 milhões em 2006 aumentar para R\$ 16.430,72 milhões em 2007. Falando em termos dos setores deficitários, constatamos que o comércio continua o principal responsável para uma balança comercial desfavorável (déficit de R\$ 19.320,84 milhões). Outros setores deficitários no ano de 2007 foram: eletricidade, gás, água e limpeza urbana (déficit de R\$ 6.274,32 milhões); construção (déficit de R\$ 2.887,29 milhões) e serviços de informação (déficit de R\$ 2.464,92 milhões).

No ano seguinte, o panorama não foi muito diferente do do ano anterior, já que os mesmos setores que se destacaram em 2007 continuaram se destacando em 2008. Essa constância também foi constatada para as atividades deficitárias, que foram praticamente as mesmas do ano anterior. Dessa forma, os setores que mais contribuíram para o superávit final de R\$ 32.828,86 milhões foram: metalurgia (superávit de R\$ 21.156,82 milhões); fabricação de máquinas e equipamentos (R\$ 19.560,82 milhões); fabricação de alimentos (superávit de R\$ 4.223,66 milhões) e indústrias extrativo-minerais (superávit de R\$ 3.763,54 milhões). As atividades deficitárias foram: comércio (déficit de R\$ 20.945,65 milhões); eletricidade, gás, água e limpeza urbana (déficit de R\$ 3.720,26 milhões); serviços de informação (déficit de R\$ 3.191,41 milhões) e construção (déficit de R\$ 3.001,68 milhões).

Em 2009, nota-se uma grande mudança no panorama econômico mineiro. O PIB mineiro apresentou queda de 2,6%, superior à observada no país (0,2%). O pior desempenho da economia estadual, quando comparado à economia nacional, ocorreu principalmente devido às diferenças entre as estruturas produtivas de Minas Gerais e do Brasil. O setor industrial foi bastante afetado pela crise, e o estado apresenta uma concentração industrial maior do que a média nacional. Além disso, a indústria mineira sofreu um impacto relativamente maior em razão da sua composição, notadamente mais concentrada em segmentos como o de extração de minério de ferro e metalurgia. Esses segmentos foram bastante prejudicados, e tal fato pode ser evidenciado quando observamos os dados sobre o setor de metalurgia e o das indústrias extrativo-minerais. Em grande medida, a retração desses setores foi responsável pela queda do superávit final mineiro, de R\$ 32.828,86 milhões em 2008 para R\$ 29.995,02 milhões em 2009. O setor de metalurgia, superavitário em R\$ 21.156,82 milhões em 2008, teve um superávit dez vezes menor em 2009, apenas R\$ 2.270,31 milhões. As indústrias extrativo-minerais também sofreram queda forte: de R\$ 3.763,54 milhões no ano anterior para R\$ 787,36 milhões em 2009. Outro setor

extremamente prejudicado foi o de fabricação de máquinas e equipamentos: a retração do superávit foi de R\$19.560,82 milhões para apenas R\$ 1.157,20 milhões no ano seguinte.

Dois setores que se beneficiaram com a crise foram a fabricação de produtos de minerais não-metálicos e a fabricação de móveis, produtos de madeira e artigos diversos. Enquanto o superávit do primeiro aumentou de R\$ 3.097,21 milhões para R\$ 14.456,88 milhões, o aumento do segundo foi de R\$ 971,13 milhões para R\$ 18.884,63 milhões. O crescimento do superávit para fabricação de produtos de minerais não-metálicos pode ser parcialmente explicado pelo aquecimento da construção civil tanto em Minas Gerais como em todo o país. Na observação dos dados desagregados por atividade econômica, segundo o Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), constatamos que quatro categorias se destacaram para esse crescimento: fabricação de produtos cerâmicos não refratários (superávit de R\$ 4.728,51 milhões), fabricação de azulejos e pisos (superávit de R\$ 4.699,86 milhões), fabricação de material sanitário de cerâmica (superávit de R\$ 1.836,99 milhões) e britamento de pedras, com exceção do associado à extração (com superávit de R\$ 1.024,74 milhões). Com relação à fabricação de móveis, produtos de madeira e artigos diversos, pode-se dizer que o superávit também ocorreu como um efeito indireto deste cenário: o avanço da construção civil, principalmente de apartamentos de espaço reduzido, impulsionou as encomendas do setor moveleiro na região de Ubá e na grande Belo Horizonte, dois dos maiores pólos de produção do setor.⁴⁰

Esses dois setores foram extremamente importantes para o superávit final de 2009, além dos de fabricação de alimentos (superávit de R\$ 4.493,23 milhões) e transporte, armazenagem e correio (superávit de R\$ 6.849,81 milhões). Entre os deficitários, o

⁴⁰ Informações obtidas segundo o Centro Gestor de Inovação Moveleiro disponibilizadas em: <http://www.cgimoveis.com.br/>

comércio foi o que apresentou o maior déficit (aproximadamente R\$ 20.844,64 milhões), juntamente com a construção (déficit de R\$ 4.838,44 milhões).

Conclusão

Observando as relações comerciais interestaduais, verificamos que elas representam uma taxa bastante expressiva de abertura nacional à economia de Minas Gerais. Esses resultados mostram que o estado é crescentemente superavitário, pelo menos desde 2005, com uma retração em 2009, porém, debitada às conseqüências da crise internacional. Mesmo assim, o superávit de 2009 ainda foi superior ao de 2007. Vale dizer que poucos setores da economia mineira apresentaram uma tendência deficitária na balança comercial ao longo de toda a série histórica 2005-2009. Entre eles estão: construção, serviços de informação, e, principalmente, comércio (de longe, o mais deficitário da economia mineira).

Esses indicadores mostram que a economia estadual possui uma composição da produção industrial mais suscetível a crises por ser grande fornecedora de bens intermediários industriais. Além disso, a economia estadual é mais dependente de exportações, tanto internacionais quanto interestaduais. Por isso, a indústria possui um peso relativamente maior na economia estadual do que na nacional.

Referências bibliográficas

CASTRO, Newton de; CARRIS, Larry; RODRIGUES, Bruno. *Custos de transporte e a estrutura espacial do comércio interestadual brasileiro*. Rio de Janeiro: Pesquisa e Planejamento Econômico, V.29, n.3, p.347-400, 1999.

Fundação João Pinheiro – Centro de Estatística e Informações. *Informativo CEI – PIB MG – 4º trimestre de 2009*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro – Centro de Estatística e Informações, 2009. 13 p.

Fundação João Pinheiro - Centro de Estatística e Informações. *Tabela de recursos e usos (TRU - regional) e matriz de insumo-produto para o estado de Minas Gerais: para o ano de 2005*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro – Centro de Estatística e Informações, 2009. 36 p.

MAGALHÃES, Aline Souza; DOMINGUES, Edson Paulo. *Relações interestaduais e intersetoriais de comércio no Brasil: Uma análise gravitacional e regional*. Recife: ANPEC, 2007. 19 p.

VASCONCELOS, José R.. *Matriz do Fluxo de Comércio Interestadual de Bens e Serviços no Brasil – 1999*. Brasília: IPEA, 2001. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/td_0783.pdf>. Acesso em: set. 2010.

ANEXO - Importação e exportação interestaduais em milhões (R\$): 2005 a 2009.

Atividades	2005		2006		2007		2008		2009	
	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação
Agric. silv. e explor. florestal	2.396,71	3.109,82	435,21	705,75	435,79	634,33	730,71	839,85	963,76	1.047,89
Pecuária e pesca	221,78	352,55	289,21	374,15	359,27	464,06	407,61	453,75	228,34	197,90
Ind. extrativas mineral	7.226,04	7.701,82	5.765,64	9.232,89	8.386,48	11.327,14	7.740,87	11.504,41	6.793,52	7.580,88
Alimentos	20.500,54	25.584,78	11.765,93	16.313,60	12.308,69	15.561,25	13.957,60	18.181,26	14.417,18	18.910,41
Bebidas	3.269,04	2.200,54	1.384,93	406,44	1.511,24	514,70	1.767,66	449,65	1.889,56	459,11
Prod. do fumo	778,41	1.710,44	577,23	679,19	652,44	875,95	670,33	820,60	627,40	1.860,89
Prod. têxteis	3.343,74	3.147,45	2.292,51	3.761,06	2.291,35	3.418,38	2.135,04	3.084,85	1.869,27	2.649,16
Couro e calçados	1.246,89	1.309,12	808,97	1.119,93	579,23	1.074,28	493,74	867,92	528,30	874,06
Vestuário e acessórios	3.022,67	3.542,33	727,21	1.095,47	792,11	1.080,43	850,92	1.124,43	692,18	1.062,97
Celulose, papel e prod. de papel	3.038,97	3.262,68	1.771,64	2.072,43	1.167,69	1.432,94	1.103,00	1.397,74	4.968,38	3.692,18
Deriv. do petróleo e álcool	5.486,46	3.172,02	10.181,65	7.421,54	691,55	609,64	934,22	916,86	2.089,24	2.108,67
Prod. farmac. perfumaria, higiene e limpeza	10.956,54	9.970,91	565,85	932,61	550,79	175,95	599,23	180,46	1.814,25	2.799,79
Prod. de borracha e plástico	3.292,48	2.018,44	2.620,62	1.895,34	2.805,39	3.154,07	3.124,09	2.648,72	711,21	1.550,57
Prod. químicos	5.283,56	6.195,45	4.873,89	7.252,15	5.476,91	7.121,63	5.440,23	7.104,69	3.991,43	5.396,07
Prod. de minerais não-metálicos	3.738,13	4.433,73	2.027,19	4.071,53	3.015,47	5.945,78	3.856,00	6.953,21	9.510,84	23.967,72
Metalurgia	11.541,46	17.782,43	10.385,63	29.531,44	12.791,14	33.743,50	16.001,48	37.158,30	2.683,21	4.953,52
Prod. de metal - exclusive máq. e equip.	2.794,79	3.579,13	6.102,49	10.993,68	5.933,77	10.458,17	6.769,19	11.360,79	5.738,88	11.522,35
Máq. e equipamentos	4.797,31	5.606,25	1.752,61	2.850,19	8.564,97	24.995,70	12.162,93	31.723,76	995,10	2.152,30
Máq. aparelhos e materiais elétricos	6.589,10	2.709,70	443,14	799,10	1.254,51	3.210,25	1.258,90	1.850,21	10.456,89	10.121,11
Veículos	10.809,99	17.849,54	6.242,20	16.976,08	1.385,68	214,42	1.160,92	176,82	4,01	3,11
Peças e acessórios para veículos	8.305,75	5.327,88	5.130,43	6.247,38	5.976,90	7.274,07	6.271,36	7.520,75	41,40	42,62
Outros equip. de transporte	1.530,12	937,45	676,23	852,54	1.054,46	1.196,74	944,60	1.195,56	77,49	80,99
Móveis, prod. de madeira e art. diversos	7.310,18	3.858,60	1.458,08	2.204,35	2.078,66	2.662,42	1.927,67	2.898,80	10.702,85	29.587,48
Eletric. gás, água e limpeza urbana	3.215,09	2.341,06	584,23	860,30	6.427,63	153,31	4.079,41	359,15	1.159,87	379,95
Construção	0,00	0,00	1.044,40	602,82	6.004,75	3.117,46	7.991,77	4.990,08	9.101,37	4.262,93
Comércio	321,85	108,67	55.349,16	27.806,60	52.596,17	33.275,32	56.099,51	35.153,86	54.718,67	33.874,03
Transporte, armazenagem e correio	3.273,89	8.979,94	2.847,26	8.907,85	3.615,38	6.516,93	3.993,18	7.715,15	3.867,53	10.717,34
Serv. de informação	2.467,66	1.037,59	2.993,64	1.449,85	5.001,01	2.536,10	6.675,93	3.484,52	2.669,15	1.315,92
Intermediação financeira e seguros	2,23	5,24	0,00	0,00	146,29	13,55	33,44	7,78	164,32	113,23
Ativid. imobiliárias e aluguel	259,23	237,86	4,53	0,65	2,02	0,55	4,52	0,39	159,73	11,54
Serv. de alojamento e alimentação	122,49	26,79	139,68	28,96	161,48	76,74	203,61	78,44	317,45	581,26
Serv. prestados às empresas	243,66	206,58	484,72	466,27	455,93	459,79	565,45	627,60	619,32	710,51
Educação e saúde mercantil	13,58	5,90	4,86	3,23	6,29	4,63	7,71	4,99	13,38	9,77
Administração pública	0,00	0,00	0,09	0,03	0,09	0,00	0,44	0,01	0,04	0,64
Outros serviços	99,95	86,70	169,80	143,96	198,12	151,48	208,08	164,86	151,12	132,75
Total	137.500,31	148.399,38	141.900,86	168.059,35	154.679,67	183.451,64	170.171,36	203.000,22	154.736,61	184.731,64

Fonte: Dados primários da Secretaria de Estado da Fazenda, deflacionados pelo deflator implícito do PIB a preços constantes de 2009